



Anais **Fórum**

Permanência Estudantil e Direitos Humanos

(organizadores)

Margarida Cássia Campos

Jamile Carla Baptista

Kawanni dos Santos Gonçalves

Lindberg Nascimento Junior



Margarida Cássia Campos
Jamile Carla Baptista
Kawanni dos Santos Gonçalves
Lindberg Nascimento Junior
(orgs.)

ANAIS DO FÓRUM PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DIREITOS HUMANOS

1ª Edição

ISBN 978-85-7846-501-8

Londrina – PR
Edição da Universidade Estadual de Londrina
Maio de 2018



Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina
Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E56a Fórum Permanência Estudantil e Direitos Humanos (1. : 2018 :
 Londrina, PR)

Anais : Fórum Permanência Estudantil e Direitos Humanos [livro eletrônico] / organização: Margarida Cássia Campus...[et al.]. – Londrina : UEL, 2018.
1 Livro digital.

Disponível em:
<http://www.uel.br/programas/prope/pages/eventos/forum-de-permanencia-e-direitos-humanos/anais-do-evento.php>
ISBN 978-85-7846-501-8

1. Direitos humanos – Congressos. 2. Diversidades – Congressos.
3. Educação superior – Inclusão – Congressos. I. Campus,
Margarida Cássia. II. Universidade Estadual de Londrina. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Profa. Dra. Berenice Quinzani Jordão
Reitora

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos
Vice-reitor

Prof. Dr. Adriano Luiz da Costa Farinasso
Pró-reitor de Graduação
Comitê de Direitos Humanos

Prof. Dr. Gilberto Hildebrando
Pró-reitor de Extensão

Prof. Dr. Ronaldo Baltar
Diretor do Centro de Letras e Ciências Humanas

Profa. Dra. Elaine Fernandes Mateus
Vice-diretor do Centro de Letras e Ciências Humanas

Profa. Dra. Margarida Cássica Campos
Coordenadora do Programa de Apoio ao Acesso e Permanência ao Estudante (PROPE)
Coordenadora geral do Fórum Permanência estudantil e Direitos Humanos

Profa. Ms. Jamile Carla Baptista
Vice-Coordenadora do Programa de Apoio ao Acesso e Permanência ao Estudante (PROPE)



Realização



**Comitê de
Direitos Humanos**

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

PROGRAD
Pró-Reitoria de Graduação

proex
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

LABTED
Laboratório de
Tecnologia Educacional

UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA
SEBEC

NAC
núcleo de acessibilidade

CUIA
COMISSÃO UNIVERSIDADE PARA OS ÍNDIOS
Universidade Estadual de Londrina

NEAB
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

leafro
laboratório de
cultura e estudos
afro-brasileiros

NAAD



APRESENTAÇÃO

Esta publicação é resultado do **Fórum Permanência Estudantil e Direitos Humanos da Universidade Estadual de Londrina**, que foi realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2018 no Centro de Ciências Humanas e Letras, e organizado pelo Programa de Apoio ao Acesso e Permanência ao Estudante (PROPE) e o Comitê de Direitos Humanos.

O Fórum teve como objetivo contextualizar, discutir e propor iniciativas de integração dos projetos, ações e atividades que fomentam políticas de permanência estudantil na Universidade Estadual de Londrina.

Estruturado em eixos de Grupo de Trabalho, o evento reuniu estudantes, docentes, funcionários e comunidade externa, incluindo os atuais e futuros agentes de administração, em um espaço de reflexão sobre a pergunta chave: **como construir uma agenda que atenda em plenitude a permanência estudantil e os direitos humanos na UEL?**

Avaliamos que o Fórum apresentou grandes êxitos tendo em vista as propostas de continuidade e possibilidades ampliação e criação de políticas para gestão, planejamento e desenvolvimento da UEL com foco no tema tratado.

Neste documento, organizado em forma de e-book, encontram-se os trabalhos submetidos no Grupos de Trabalho (resumos simples e expandidos), e a síntese do debate apresentada na “Declaração da UEL para Permanência Estudantil e Direitos Humanos”.

Desejamos uma boa leitura e produtivas reflexões para ação futura.

Organizadores



SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DA UEL PARA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DIREITOS HUMANOS	9
RESUMOS	12
Fatores e consequências do acesso e da permanência de estudantes pretos/pardos na universidade	13
Lucas Lobato da Cruz	
Avaliação sobre a efetividade das atuais políticas de permanência da UEL	15
Roberta Cristina Pereira	
Permanência estudantil na UEL	17
Aline Vilas Boas	
Uma breve análise da importância das cotas raciais para a diversidade racial no ensino superior brasileiro	19
Adrieli Custodio de Souza, Evelyn Tsujioka Lopes e Gleicyan Regiane Nunes Luiz	
Experiência do ciclo intercultural de iniciação acadêmica dos estudantes indígenas na UEL como política de permanência	21
Alexandro da Silva	
As barreiras de acesso à universidade	23
Kaique Batista Nunes	
O PROPE na transformação de vidas: a influência do programa na construção e empoderamento da identidade negra na vida dos sujeitos que o constrói	25
José Vitor de Mello, Thainara Assis Pereira e Margarida Cássia Campos	
Recepção e Acolhimento dos Novos Integrantes do Curso de Zootecnia no Ano de 2018	27
Letícia da Silva Leite, Sandra Simonelli e Letícia Ferreira de Camargo	
O direito à inclusão	29
Julietta Elizabette de Jesus Oliveira Teofilo	
RESUMOS EXPANDIDOS	31
Permanência estudantil: contribuições do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina	32
Karen Ribeiro, Eliane Fátima Guimarães de Oliveira e Ingrid Caroline de Oliveira Ausec	



Oportunidade de aprendizagem para fortalecer a permanência indígena na universidade: Resolução de Problemas, Investigações Matemáticas e a Avaliação em Matemática ____ 38

Mariana Souza Innocenti e Magna Natália Marin Pires

O ensino de língua portuguesa no ciclo intercultural de iniciação acadêmica para estudantes indígenas da UEL como auxílio à permanência estudantil _____ 42

Anna Bacinello Quiles

A abordagem no ensino de ciências da natureza como auxílio da permanência estudantil indígena _____ 46

Felipe Tsuzuki

A importância do Programa de Apoio a Permanência (PROPE) no acesso dos estudantes de escola pública à universidade _____ 51

Ana Carolina dos Santos Marques, Beatriz da Silva Cardoso e Kamila Ap. Lima Lopes

A educação para relações étnico-raciais na universidade: princípios e exigências ____ 53

Lindberg Nascimento Junior

Ações afirmativas, Acesso e Permanência: a atuação do PROPE e do LEAFRO _____ 58

Richard Henrique Pinto e Maria Nilza da Silva

A permanência estudantil da população vulnerável no ensino público superior _____ 63

Letícia de Menezes Batista e Nádilla Marques da Silva

A parceria LENPES e PROPE: objetivando uma política educacional de permanência estudantil _____ 68

Angélica Lyra de Araújo e Ângela Maria de Sousa Lima

A contribuição dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão na formação de professores e na permanência estudantil _____ 74

Ângela Maria de Sousa Lima, Angélica Lyra de Araújo e Andreia Maria Cavaminami Lügler

Percepção acadêmica do impacto das ações afirmativa em relação as cotas raciais na prática pedagógica em escolas públicas de Londrina-PR _____ 79

Amanda Garboza [e](#) Tatiane Conevaliki

PROPE e as ações afirmativas: desigualdades e diversidades _____ 83

Elisângela do Amaral Corrêa



DECLARAÇÃO DA UEL PARA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DIREITOS HUMANOS

Nos dias 14 e 15 de maio de 2018, foi realizado o **Fórum Permanência Estudantil e Direitos Humanos** da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Nós, estudantes, docentes, agentes de administração e comunidade externa, buscamos avançar nas discussões sobre a necessidade e importância da permanência estudantil e dos direitos humanos no contexto universitário nacional, no que tange à continuidade do processo de democratização do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Ao considerar a UEL como instituição de vanguarda no que diz respeito às ações afirmativas, bem como a sua função política e social, este evento objetivou discutir, em um ambiente democrático e coletivo, proposições e estratégias que visaram, em última instância, a construção de uma agenda que atenda em plenitude a permanência estudantil e os direitos humanos na UEL.

Neste debate foram considerados os contextos de transformação da universidade, as conjunturas político-econômicas, o processo inacabado de democratização do ensino superior e os desafios e as potencialidades de nossa sociedade no momento atual, que ainda se apresenta com crises, desigualdades e riscos à efetivação plena da justiça e dos direitos sociais.

Neste sentido, consideramos que a construção de uma agenda para a permanência estudantil e os direitos humanos deve ser uma questão de desenvolvimento institucional, e um fundamento político da gestão e do planejamento da universidade.

Essas discussões foram convergentes na necessidade de proteção à integridade da comunidade universitária e no papel da UEL no contexto local, regional e nacional, contemplando que é preciso:

1. Conquistar recursos financeiros, humanos, infraestruturais e didáticos para garantia de execução de todas as atividades;
2. Efetivar com urgência o restaurante em sua função social, com o retorno do atendimento noturno;
3. Oferta do café da manhã no restaurante universitário;
4. Melhorar a qualidade do café da manhã na moradia estudantil;
5. Garantir o valor subsidiado do R.U para estudantes que estão no Cursinho Pré-Vestibular;
6. Aumentar a estrutura do SEBEC que vise atender as demandas internas e externas à universidade;
7. Ampliar a capacidade de atendimento do SEBEC, especialmente pela contratação de psicólogos/as, psiquiatras e assistentes sociais, bem como a atenção aos processos de verbalização que atendam as diversas manifestações de sofrimento mental e emocionais de discentes, tais como suicídio e depressão;
8. Garantir o aumento do número de bolsas e auxílios permanência, atentando-se para a atualização de seus valores por meio de correção inflacionária avaliada anualmente;
9. Organizar projetos integradores nos Projetos Políticos Pedagógicos de todos os cursos de graduação e pós-graduação nos moldes do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para Estudantes Indígenas;
10. Institucionalizar perfis (professor-tutor, tutorias, monitorias, etc.) para o auxílio em atividades de ensino e aprendizagem, como também fomentar cursos preparatórios e de nivelamento para disciplinas especiais e elementares;



11. Assistir a situação de estudantes com privação de liberdade com vistas a estabelecer melhores condições de estudo;
12. Amparar e apoiar estudantes gestantes e lactantes garantindo condições necessárias de estudo;
13. Implementar uma política de ação afirmativa para inclusão e permanência de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, inclusive com garantia de bolsas e reavaliação por critérios específicos, tendo em vista os contextos sociais e econômicos desses grupos;
14. Instituir uma política de apoio pedagógico para todos/as os/as estudantes que o requeiram;
15. Criar grupos de apoio psicossocial para estudantes negros/as, indígenas, população LGBT e outros grupos conforme demanda;
16. Desenvolver processos de avaliação prática de docentes (para qualificar as atitudes em relação à inclusão e permanência estudantil), e das alterações curriculares com construção de cenários financeiramente possíveis e temporalmente viáveis;
17. Propor ações para resolução de reprovação/retenção por disciplina, orientando-se pelos índices existentes;
18. Criar uma estrutura institucional que reúna setores, instâncias administrativas e assistenciais, projetos, iniciativas e fortaleça o diálogo entre estudantes – docentes – administração para avaliar a gestão e os processos pedagógicos de ensino, aprendizagem, rendimento, recuperação, etc., o fomento e acompanhamento de políticas afirmativas de acesso e permanência estudantil;
19. Fomentar processos avaliativos das políticas de inclusão social da UEL pelos/as próprios/as usuários/as visando melhoria, contextualização e aperfeiçoamento das mesmas;
20. Verticalizar a inclusão, acesso e permanência de estudantes indígenas, negros/as, transexuais, privados/as de liberdade e pessoas com deficiência, por meio de cotas nos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu;
21. Formular uma política institucional de atendimento e de prevenção à violência sexual e de gênero melhorando o papel da Ouvidoria da UEL na apuração da denúncia, no encaminhamento das medidas punitivas para agressores e no acolhimento da pessoa violentada com profissionais especializados/as e capacitados/as para receber tais demandas;
22. Apoiar a formação escolar de migrantes e pessoas refugiadas como uma política de permanência, garantida pela reserva de vagas no cursinho pré-vestibular, isenção de taxa de vestibular e de revalidação de diploma de ensino superior e cursos gratuitos de língua portuguesa;
23. Criar política de isenção de taxa de serviços para pessoas amparadas por ações afirmativas da UEL;
24. Instituir uma política de gratuidade das taxas para estudantes que participaram de algum processo de inclusão social e/ou têm cadastro único SUAS (Sistema Único de Assistência Social)
25. Promover oficinas com participação de estudantes e lideranças de movimentos sociais (indígenas, negro, LGBT, etc.), a fim de divulgar o vestibular da UEL, como também promover a formação continuada e sensibilização sobre os direitos humanos e diversidades para professores/as, diretores/as, equipes multidisciplinares do Núcleo Regional de Educação;
26. Institucionalizar disciplinas para estudantes de graduação e pós-graduação, e cursos para servidores/as em geral (docentes, técnicos/as que atendem ao público, especialmente os/as agentes de segurança) nas diversas questões relativas às diversidades e desigualdades



sociais e aos direitos humanos que possam gerar uma cultura de inclusão no espaço universitário;

27. Promover a sociabilidade e a convivência por meio de atos festivos, culturais e comemorativos na comunidade interna e externa para integração das diferenças e das diversidades, problematizando as desigualdades e os preconceitos.
28. Reavaliar a separação legal, financeira, pedagógica e acadêmica do entendimento de bolsa de permanência e auxílio, visando a melhor realocação dos recursos;
29. Possibilitar que estudantes possam receber auxílios e bolsas em qualquer modalidade de conta bancária (para além da conta corrente);
30. Ter no orçamento da SETI uma previsão específica para assistência estudantil nas universidades estaduais;
31. Elaboração conjunta de um plano estadual para a assistência estudantil com a participação da SETI e das universidades paranaenses;
32. Elaborar estudos, relatórios e diagnósticos, juntamente com a PROGRAD, PROPE, SEBEC e docentes sobre os motivos que levam à evasão dos/as estudantes, destacando, quando, onde e qual é o perfil do/a estudante em situação de evasão;
33. Construir juntamente com os colegiados de cursos instrumentos que visem à aproximação pessoal com estudantes desistentes para encaminhar possíveis soluções;
34. Melhorar a organização da recepção dos/as calouros/as realizada pela PROPE no início do ano acadêmico, incluindo parcerias com os Centros Acadêmicos, integrando o evento como parte da programação oficial dos colegiados no início do calendário acadêmico;
35. Potencializar e cadastrar todos os centros acadêmicos, no sentido de ampliar o acesso às informações administrativas e participação ativa na permanência estudantil;
36. Garantir que os/as estudantes contemplados/as por processo de seleção socioeconômica tenham preferência de trabalhar nos concursos da COPS;
37. Criar salas de inclusão digital nos centros de estudos para que os/as estudantes possam desenvolver suas atividades de rotina e estudos;
38. Efetivar a participação da universidade na gestão municipal, tendo em vista a garantia de direitos às/aos estudantes, como por exemplo, o transporte público gratuito, ampliação das linhas em períodos de maior trânsito, entre outras demandas;
39. Oferecer outras possibilidades de pagamento de multa de atraso na biblioteca para os/as estudantes que não puderem pagar;
40. Divulgar de forma efetiva a rede de serviços interna e externa que a universidade oferta;
41. Construir materiais informativos em formato digital e impresso para ampliar os canais de acolhimento e denúncia contra as diferentes formas de violência;
42. Fomentar a expansão de experiências de apoio à comunidade universitária semelhantes ao NADD(Núcleo de Apoio ao Docente e Discente);
43. Realizar fóruns temáticos, com ocorrência periódica, que permita integrar projetos, programas, núcleos, comissões, docentes e estudantes para discussão e resolução de problemas que rebatam diretamente na permanência estudantil e os direitos humanos;

Acreditamos que todos/as envolvidos/as cooperarão de forma progressiva ao sucesso e à consolidação da agenda, tanto como fator de desenvolvimento institucional, quanto de política universitária, ambas compreendidas como fundamento para efetivação do direito ao ensino público, gratuito e de qualidade.



RESUMOS



Fatores e consequências do acesso e da permanência de estudantes pretos/pardos na universidade

Grupo de trabalho: Apoio pedagógico

Lucas Lobato da Cruz
oengenheirolucas@gmail.com

Por anos a educação pública vem sofrendo um forte processo de precarização e baixos níveis de investimento econômico. O resultado é visto na crescente ausência de estudantes advindos de escolas públicas, que se qualifica ainda mais por um corte racial, quando comparada o contingente de estudantes negros e brancos de escola públicas de mesmo percurso escolar. O que se pretende afirmar é que ao se discutir a história do Brasil pós-abolição, os negros (pretos e pardos) continuaram em uma zona de desvantagens frente aos brancos, devido ao prestígio social e privilégio econômico criados para esses grupos. Esse fato é o sentido da liberdade democrática, que não prescindia a equidade racial. Todo esse processo foi sendo agravado cada vez com o passar do tempo e o desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional ampliando os níveis de desigualdade entre brancos e negros. No Paraná, esse processo é particular quando associado à expansão da cultura cafeeira, particularmente na região norte. A migração nesse período foi de maioria negra de origem mineira e nordestina, impulsionou um crescimento populacional significativo, sendo bastante similar a outras cidades do país. A desigualdade racial se estruturou na condição de que os negros apresentavam os piores salários e trabalhos, e ao mesmo tempo, seus filhos passavam mais tempo trabalhando do que em processos de formação. O resultado foi a criação do abismo colossal entre brancos e negros no que tange a educação. Atualmente, 54% da população brasileira se declara negra (pretos e pardos), mas menos de 13% desse total está presente nos espaços universitários brasileiros. A Universidade Estadual de Londrina – UEL não foge à essa razão, pois nesta instituição os negros não ultrapassam 5% do total de estudantes. Algo que se encontra diretamente ligado à estrutura da educação e à distribuição desigual de oportunidades, como fator e consequência do acesso e da permanência de estudantes pretos/pardos na universidade. A realidade na UEL, mesmo sob a institucionalização das ações afirmativas ainda não tem sido suficiente para eliminar a desigualdade no acesso e na permanência de estudantes. A prática de estudar e trabalhar para auxiliar nas despesas universitárias e domésticas de família ainda permanecem como um grande



desafio a ser pensando e problematizado. Essa condição também auxilia nos processos de evasão, reprovação e retenção, que se mostra enquanto estagnação da mobilidade e ascensão de grupos negros no Brasil.

Palavras-chave: Discriminação, Negro, Permanência.

REFERÊNCIAS

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da. **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, Brasília, DF. 2007.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. **Território e Segregação Urbana: O “lugar” da população negra na cidade**. 2014.



Avaliação sobre a efetividade das atuais políticas de permanência da UEL

Grupo de trabalho: Moradia, alimentação, transporte e financeiro

Roberta Cristina Pereira¹
robertapereiramg@gmail.com

Esse trabalho tem como objetivo avaliar as políticas de permanência oferecido pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde as ações do Serviço de Bem-Estar a Comunidade (SEBEC) assim como a bolsa de inclusão socioeconômica da fundação Araucária e através de debates sobre os programas de assistência estudantil junto com a comunidade interna da UEL, formular propostas de aperfeiçoamento dessas políticas de permanência. Se faz necessário avaliar os serviços de permanência oferecido pela Universidade desde os benefícios do Serviço de Bem-Estar a Comunidade (SEBEC) assim como o da bolsa Araucária de inclusão socioeconômica visto que existe a demanda aumenta ano após ano. Nos 13 anos de governo PT as universidades públicas receberam grande número de estudantes baixa renda, através de muitas pressões conseguimos avanços nas políticas de cotas. Assim como na Universidade Estadual de Londrina, que enaltece o seu papel pioneiro no programa de cotas raciais, no qual contou com a forte presença do movimento negro para ser aceito nos conselhos universitários. Em pleno o ano 2018, a universidade não apresenta nenhuma proposta política efetiva de permanência estudantil, o número de estudantes só cresce, mas por exemplo o número de vagas na moradia é o mesmo desde a sua inauguração em 2010, assim como a bolsa auxílio (300 reais) que até 2014 não era institucionalizada, apenas após a ocupação estudantil na reitoria para haver a negociação de existir auxílio permanência. Portanto deverá ser sistematizado dados avaliativo por meio de análise bibliográfica, entrevistas e questionários aplicado aos (as) estudantes beneficiados pelo o SEBEC e Fundação Araucária. Com intuito de colaborar para a construção de uma política de permanência estudantil eficaz. Como aponta os autores MACIEL, GIMENEZ (p. 762, 2016), consta no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que as políticas de permanência visam garantir o bom desempenho acadêmico e diminuir os índices de retenção e evasão por motivos socioeconômicos, e que pensar a permanência no ensino superior é construir a formação humana considerando os

¹ Graduação, militante do movimento social Levante Popular da Juventude, Curso de Geografia.



processos histórico da sociedade. Considerando esses apontamentos é necessário construir novas políticas de permanência de acordo com a atual demanda.

Palavras chave: desigualdade socioeconômica, permanência estudantil, Fundação Araucária.

Referência

MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga do Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e Permanência para estudantes na educação superior. RBPAE –v. 32, n. 3, p. 759 – 781 set./dez. 2016.



Permanência estudantil na UEL

Grupo de trabalho: Moradia, alimentação, transporte e financeiro

Aline Vilas Boas
vilasboas_aline@hotmail.com

A Universidade Estadual de Londrina - UEL é uma entidade pública e gratuita, e dentre as suas missões está a busca por garantir a igualdade de condições de acesso e de permanência discente. Hoje, oferta 3090 vagas no vestibular, distribuídas nos 66 cursos de graduação incluindo turnos e habilitações, na qual, 45% são reservadas a estudantes que frequentaram a rede pública de ensino básico e para alunos autodeclarados negros. As cotas destinadas, garantem o ingresso de aluno e não sua permanência. Para Aristóteles, 1991, p. 102 "as pessoas não são iguais e, portanto, não receberão as mesmas coisas, dessa forma, as distribuições devem ser feitas de acordo com o caráter meritocrático." No entanto, nem sempre só o mérito pode ser analisado, por entender que as oportunidades anteriores não foram as mesmas, as políticas de acesso e permanência são pontuais para tratar essas discrepâncias. As políticas públicas de assistência estudantil do ensino superior, tem por objetivo, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na continuidade e conclusão da graduação, não só como auxílio financeiro, mas com apoio de ordem pedagógica e psicológica, garantindo igualdade de oportunidade aos menos privilegiados. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma iniciativa do Governo Federal voltada a educação superior que prevê a permanência estudantil, dando o suporte financeiro, social e cultural para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Mas será que funciona? Atualmente a UEL oferta: bolsas, moradia (82 vagas), restaurante (3000 refeições diárias), passe escolar, assistência à saúde (médica e odontológica), assistência jurídica, atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais, apoio sócio familiar, psicológico e psiquiátrico. Apesar de toda essa assistência estudantil a evasão existe e não se sabe ao certo suas motivações. No relatório integral de autoavaliação institucional da Uel ano base de 2017, identificou-se como fragilidades diante da permanência estudantil: A falta de conhecimento sobre os serviços de atendimento aos estudantes e insuficientes em relação à demanda; Divulgação insuficiente dos diversos serviços de atendimento prestados; Dificuldade de acessibilidade nos diferentes setores da Universidade. É possível entender que os serviços que buscam garantir a



permanência estudantil existem, funcionam, mas necessitam de ampliação na oferta, falta divulgação e facilidade nos encaminhamentos aos programas.

Palavras-chave: Acesso, Permanência e Evasão.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco ; Poética*. 4ª. ed. — São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BRASIL - PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. Decreto n.º 7234 de 19 de julho de 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Planejamento— PROPLAN. Relatório integral de autoavaliação institucional UEL – ano base 2017. Londrina, 2018.



Uma breve análise da importância das cotas raciais para a diversidade racial no ensino superior brasileiro

Grupo de trabalho: Moradia, alimentação, transporte e financeiro

Adrieli Custodio de Souza²
adrielicustodio@hotmail.com

Evelyn Tsujioka Lopes³
evelintisujioka_1@hotmail.com

Gleicyan Regiane Nunes Luiz⁴
gleicyan_f1@hotmail.com

Este resumo tem como principal objetivo analisar a importância das ações afirmativas, mais especificamente as cotas raciais, como uma medida que possibilita a pluralidade racial no ensino superior brasileiro. Levando em conta que, após a abolição da escravidão, a inserção do povo negro na sociedade brasileira foi desenvolvida de forma muito precária e marginalizando-os. O resultado é que embora o regime escravocrata tenha findado, negras e negros continuaram vivendo em uma condição de marginalização perante a ausência de políticas públicas que lhes dessem oportunidades para superação de problemas históricos. Diante desse cenário, pode-se afirmar que as cotas raciais nas universidades não se caracterizam como um privilégio, mas uma forma de reparação e inclusão deste grupo que historicamente fora privado socialmente, além de proporcionar uma nação mais democrática em termos de diversidade. Nesse contexto, pode-se dizer que o Brasil tem sido considerado um país miscigenado, todavia grupos raciais que ocupam posições sociais socialmente privilegiadas, e que formam a grande parte do contingente que tem acesso à educação superior são majoritariamente compostos por brancos. Observa-se que há uma grande problemática à cerca da inclusão do negro na sociedade e a reparação de desigualdades. O sistema de cotas surge exatamente como reparação de danos sociais e históricos sofridos por essa população e também para inserir essas pessoas dentro da Universidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), em 2005

² Universidade Estadual de Londrina.

³ Universidade Estadual de Londrina

⁴ Universidade Estadual de Londrina



"apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos de 18 a 24 anos frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros na mesma faixa etária estão matriculados no ensino superior." O que se observa é que pesquisas, experiências e programas de políticas de ações afirmativas mostram que o sistema de cotas tem conseguido cumprir seu objetivo de inserir mais estudantes negras e negros no ensino superior. E não isento de críticas, é possível afirmar que a contribuição é bastante significativa e tem potencialidade de transformações no cenário brasileiro de desigualdade racial e marginalização de povos negros, e que deve rebater diretamente, na construção de universidades plural e inclusiva.

Referência

PACHECO, Jairo Queiroz, DA SILVA, Maria Nilza (orgs.). O negro na universidade: o direito à inclusão - Brasília - DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. 160p.

Agência Brasil. Site Guia do Estudante. Percentual de negros nas universidades dobra em 10 anos. Dados IBGE 2016.



Experiência do ciclo intercultural de iniciação acadêmica dos estudantes indígenas na UEL como política de permanência

Grupo de trabalho: Psicossocial

Alexandro da Silva
alexandrosavj@gmail.com

Com vestibular específico povos indígenas do Paraná assegurado pela lei nº 13.134 de 19 de abril de 2001, posteriormente modificada pela lei nº 14.995 de 09 de janeiro de 2006 que amplia os números de vagas de 03 para 06 por universidades estaduais é que indígenas ganha o direito de frequentar uma universidade. Portanto, partindo deste momento que precisamos entender toda a trajetória acadêmica indígena para depois compreender a importância do ciclo intercultural de iniciação acadêmica dos estudantes indígenas da UEL, antes e depois da implantação na Universidade Estadual de Londrina. Também como proposta é esclarecer como se dá formato deste projeto, bem como é realizado seu conteúdo que será dado aos alunos indígenas.

A presença indígena nesse ambiente da universidade é algo novo. O Paraná em particular se tornou pioneiro em ter um vestibular específico para os povos indígenas que neste estado residem. Com o direito de entrar nas universidades paranaenses garantido por lei, começa outro questionamento, o de como fazer com que o indígena permaneça na universidade depois da sua entrada. Falar do indígena deve-se levar em consideração toda sua especificidade cultural. Em caráter o ciclo intercultural é uma política de permanência que foi criada pela Comissão Universidade para indígenas como sendo uma experiência única é pioneira na Universidade estadual de Londrina. Sendo desta maneira é fundamental dar visibilidade e compartilhar desta experiência para que a universidade passe a ter um reconhecimento e possa dar continuidade como parceira de políticas como essa que não só ajuda os indígenas na permanência, como engrandece culturalmente a universidade.

A partir do ano de 2014 que se estabelece o ciclo intercultural de iniciação acadêmica para indígenas na UEL, apesar de estar no quinto e ser muito nova a experiência, os alunos que frequentaram o ciclo por meio de seus depoimentos tem argumentado que sentiu uma grande diferença em relação aos conteúdos, que não sentiram tanta dificuldade pedagógica.

Palavras-chave: Universidade, Indígenas, Permanência



Referências

COLEÇÃO ESTUDOS AFIRMATIVOS, 8 : **universidade para indígenas:a experiência do Paraná** / organização Wagner Roberto do Amaral, Letícia Fraga, Isabel Cristina Rodrigues e André Lázaro. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016. 184 p.



As barreiras de acesso à universidade

Grupo de trabalho: Psicossocial

Kaique Batista Nunes
kaikbat@gmail.com

Em pesquisa feita pelo Ministério da Educação em 1997 a respeito do perfil do estudante universitário no país, apresentou que apenas 2,2% de pardos e 1,8% de pretos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação. Após a implementação das políticas de ação afirmativa no país por diversas universidades, esse número subiu para 11% pardos e 8,8% de pretos (MEC, 2015). Porém, mesmo com a políticas de reserva de vagas a porcentagem de negros na universidade ainda está aquém dos quase 54% da população negra no Brasil. A UEL apresentava dados semelhantes a essa conjuntura nacional sobre a composição racial dos estudantes no final da década de 1990. Sabendo que um dos diversos entraves se dá pelo fato da população negra não se vê no ambiente universitário, o PROPE (Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para o Estudante da UEL), foi criado em 2013, tendo como uns dos objetivos divulgar nas escolas estaduais da região de Londrina formas de ingresso, sistema de cotas e políticas de permanência da UEL. Durante as visitas às escolas que participei, principalmente as do período noturno, fica evidente as barreiras que existem entre os estudantes do ensino médio público e a universidade. Essas barreiras se apresentam basicamente de três formas: desinformação, falta de perspectiva e a barreira econômica. Muita informação sobre a universidade pública que julgamos ser senso comum não o é, muitos estudantes não conhecem as formas de acesso à universidade e alguns até desconhecem que a universidade pública é gratuita. E mesmo quando essas informações chegam a eles, muitos não se veem como estudantes da UEL, já que a maioria acha que não consegue passar no vestibular, e isso se dá provavelmente por falta de estímulo, seja familiar ou da própria escola, e também por muitas vezes não conhecerem alguém do seu convívio que esteja no ensino superior. Por último, tem a barreira econômica, um dos questionamentos mais comuns por exemplo dos estudantes nas visitas é sobre a isenção da taxa do vestibular e como se manter financeiramente depois de serem aprovados, muitos ainda trabalham e como lembra Dayrell (2007), muitas vezes para os jovens a escola e o trabalho são projetos que se superpõem, tendo uma relação variada e complexa. Sendo assim os estudantes das escolas



públicas de modo geral são cobrados como responsáveis pelo seu futuro, algo que se intensifica quanto mais próximo do fim do ensino médio, porém o estudante da rede básica pública ao mesmo tempo que tem essa cobrança ele encontra inúmeras adversidade que contribui para esse sentimento de falta de perspectiva, seja ela de estar dentro de uma universidade pública ou de alguma forma de ascensão de social.

Palavras chaves: educação; acesso; ações afirmativas

Referências

DAYRELL, Juarez. A Escola “Faz” As Juventudes? Reflexões Em Torno Da Socialização Juvenil.

Educação e Sociedade: Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007

MEC/PORTAL BRASIL. **Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas** <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/11/cotas-elevam-presenca-de-negros-nas-universidades-federais>. Acesso em: 8 de maio.2018.



O PROPE na transformação de vidas: a influência do programa na construção e empoderamento da identidade negra na vida dos sujeitos que o constrói

Grupo de trabalho: Psicossocial

José Vitor de Mello⁵
zevitormotamello321@gmail.com

Thainara Assis Pereira⁶
thaina_42@hotmail.com

Margarida Cássia Campos⁷
mcassiacampos@hotmail.com

O presente texto pretende discutir a importância da atuação do PROPE UEL – Programa de Apoio para o Acesso e Permanência para a Formação do Estudante da UEL – na experiência e empoderamento individual dos/as bolsistas e colaboradores do Programa, e de como, também, essa formação contribui para a atuação dos/as bolsistas do PROPE nos colégios públicos de rede básica na cidade de Londrina. Entende-se que, assim como afirma Jerry Dávila em sua obra *Diploma de Brancura* (2006), as bases das políticas educacionais no Brasil sofreram influências direta da teoria eugênica – teoria desenvolvida pelo europeu Francis Galton, que ganha força durante a Segunda Guerra Mundial com a supremacia branca, propagada por Adolf Hitler. Nesse sentido é possível concluir que, quando se trata da formação educacional de pessoas pobres e/ou negras, a educação brasileira não foi pensada para formar cidadãos humanistas com consciência crítica de mundo, pelo contrário, as políticas educacionais do país foram organizadas como forma de embranquecer e apagar a história dos povos descendentes de países do continente africano e também indígenas, vistos pelos dirigentes da nação, como uma população degenerada. Portanto era necessário criar políticas públicas educacionais para embranquecer o Brasil. É nesse contexto que a educação brasileira é pensada, e mesmo atualmente ainda é visível nas escolas públicas que atendem pessoas pobres e negras as práticas eugenistas, que influenciam diretamente na construção da identidade negra ou indígena dos/as estudantes. É nesse contexto que o PROPE foi criado em 2013 para dar suporte a políticas de acesso as populações historicamente alijadas

⁵ Graduação, bolsista pela Fundação Araucária, UEL/CECA/Curso de Artes Cênicas.

⁶ Graduação, estagiária Prograd – PROPE, UEL/CCH/Curso de Ciências Sociais.

⁷ Professora, UEL/CCE, Depto. De Geografia.



dos bancos escolares nas universidades públicas e de qualidade, assim mesmo que não intencionalmente, por meio de formação teórica emancipadora e atuação junto aos/as estudantes da rede pública de ensino, o PROPE subsidia a falta de uma formação escolar de construção da identidade negra; e como essa formação, além de ser importante para a construção individual desses sujeitos, também carrega peso simbólico na atuação desses bolsistas no interior dos colégios públicos. Partindo da contribuição teoria de Bell Hooks (2013), quando se trata de educação, nossa experiência de vida está intimamente ligada à teorização, não existe uma separação entre teoria e prática, e é partindo da base teórica que o PROPE oferece aos bolsistas objetiva-se discutir a importância desse tipo de programa para a formação individual e coletiva dos sujeitos.

Palavras chave: PROPE; Formação emancipadora; Construção de identidade.

Referências

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.



Recepção e Acolhimento dos Novos Integrantes do Curso de Zootecnia no Ano de 2018

Grupo de trabalho: Convivência e diversidade

Letícia da Silva Leite⁸
leleiteldm@gmail.com

Sandra Simonelli⁹
simonelli@uel.br

Letícia Ferreira de Camargo¹⁰
leticia.fdecamargo@gmail.com

O Centro Acadêmico de zootecnia (CAZOO) da Universidade Estadual de Londrina objetivou-se dar o suporte necessário aos novos integrantes do curso promovendo a integração e a socialização entre os alunos, visando o acolhimento e o bem-estar, dado que ingressar na universidade é, também, um desafio para a vida pessoal dos alunos. Muitas adaptações são necessárias à nova etapa de vivência estudantil. No dia 19 de Março de 2018 deu-se início a nova gestão do curso de zootecnia, o qual visa à inovação, primando assim, pela humanização, solidariedade e a excelência da graduação. Para a recepção dos calouros o centro foi limpo, organizado e houve uma reposição dos móveis para uma melhor logística de mobilidade. Na primeira semana de aula o CAZOO foi apresentado para os novatos, em seguida pela primeira vez feita, foi disponibilizada a compra de materiais fundamentais, como por exemplo, calculadora científica e jaleco, em razão de muitos ingressantes não conhecer a cidade de Londrina e a falta de informação sobre transporte e preço do produto. Foi passada uma lista para os interessados assinarem e o prazo de entrega seria de dois dias. Outra atividade realizada pelo núcleo acadêmico foi a disponibilidade de uma chave para o 1º ano, no qual foi entregue para o representante de sala para que ficasse responsável do repasse do objeto quando necessário. O alcance do “wifi uel” no centro acadêmico possibilitou mais conforto aos alunos. O maior projeto proposto pela nova gestão é a reforma do estabelecimento físico, o qual trará total comodidade para os universitários, tanto no sentido de descanso, quanto para o estudo. Os resultados foram

⁸ Presidente do Centro Acadêmico e Estudante de Zootecnia, DZO/ UEL, Londrina – PR.

⁹ Coordenadora do Curso de Zootecnia, DZO/UEL, Londrina – PR.

¹⁰ Vice-Presidente do Centro Acadêmico e Estudante de Zootecnia, DZO/ UEL, Londrina – PR.



positivos para todas as atividades, a maioria dos alunos optou por assinar a lista de pedidos dos materiais e agradeceram pela facilidade da aquisição. Já o reposicionamento dos móveis trouxe mais bem – estar aos alunos, e é notória como a permanência de graduandos no estabelecimento físico aumentou em relação a outras gestões, consequentemente a integração dos novos acadêmicos com seus veteranos foi maior, havendo troca de informações sobre o curso e universidade, por exemplo. A reforma do centro ocorrerá apenas no final do ano letivo, por questões financeiras, porém está sendo feita arrecadações de dinheiro por meio de visitas técnicas, palestras, minicursos e promoções. Conclui-se que uma gestão com boas atividades, planejamento e investimento nos novos integrantes do curso é uma forma de trazer bons resultados no aspecto de permanência estudantil.

Palavras-chave: atividades, calouros, centro acadêmico

Agradecimento ao Departamento de Zootecnia pelo apoio e espaço.



Grupo de trabalho: Convivência e diversidade

Julietta Elizabette de Jesus Oliveira Teofilo
juliettaeliza@gmail.com

O direito à educação é um direito social, elencado no rol da Constituição Federal de 1988 como fundamental e essencial ao desenvolvimento do ser humano; ademais, tal direito é reconhecido como cláusula pétrea, isto é, trata-se de prerrogativa imutável do texto constitucional. Partindo deste princípio, o PROPE – Programa de Apoio à Permanência Estudantil, a partir de sua atuação nas frentes de acesso, permanência e apoio pedagógico, objetiva contribuir para a efetividade do direito à educação, principalmente em nível superior. O êxito e desenvolvimento do programa tem se destacado pela divulgação das formas de acesso, particularmente no que tange às informações sobre as políticas de ações afirmativas e o Sistema de Seleção Unificada – SISU. Contudo, notou-se que a eclosão do acesso com a chegada de um importante contingente de discentes oriundos de trajetórias diversos, divergia por contraste do grupo majoritário que até então adentrava à Universidade. Esse grupo em específico é composto substancialmente por estudantes brancos oriundos do ensino privado. Diante de tal cenário, a presente pesquisa destaca como pauta central questionamentos acerca das formas que o direito à inclusão está imbuído dentro da atual política de permanência adotada pela Universidade Estadual de Londrina. Essa premissa necessariamente auxilia na elaboração de outros questionamentos, por exemplo se acesso ao ensino superior tem fornecido processos de inclusão? O que seria incluir na universidade? Quais seriam os meios necessários para efetivação do direito à educação? Quem tem escrito sobre esses temas? Para responder essas questões utilizou-se dados sobre o perfil dos estudantes, fornecidos pela Pró Reitoria de Planejamento – PROPLAN, no período de 2016-2018; pesquisa bibliográfica sobre as palavras-chave, como por exemplo: permanência estudantil, cotas sociais, cotas raciais, racismo, universidade pública, ações afirmativas; estudos realizados pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiros - NEAB no período de 2002-2018; e conhecimento baseada por meio de debates e estudos nas reuniões de formação no período de 2016-2018. Os resultados sugerem que a atual política de permanência adotada pela UEL apresenta, desde sua gênese, um significativo déficit em relação à demanda de acesso por estudantes oriundos das políticas de



ações afirmativas, e aponta para necessidade de um planejamento emergencial e futuro, que vise, sob a ótica da administração universitária, o conjunto de interesses e carências do corpo discente. Por meio desse planejamento é possível criar instrumentos práticos e a resolução de problemas reais que rebatem diretamente na vida dos estudantes, na qualidade do ensino, na função social da universidade pública e na efetivação do direito à educação por medidas de inclusão de grupos sociais pobres e negros.

Palavras-chave: ações afirmativas; inclusão; política de permanência



RESUMOS EXPANDIDOS



Permanência estudantil: contribuições do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina

Grupo de trabalho: Apoio pedagógico

Karen Ribeiro
karenribeiro@uel.br

Eliane Fátima Guimarães de Oliveira
eliane.oliveria@uel.br

Ingrid Caroline de Oliveira Ausec
ing-ausec@uel.br

Fundamentação teórico-metodológico

Este texto tem por objetivo apresentar a experiência do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (NAC UEL) no processo de permanência dos estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação na instituição. O serviço é formado por equipe interdisciplinar desde a década de 1991 com diferentes nomenclaturas: comissão, programa e núcleo (UNIVERSIDADE, 2002, 2009). É composto por profissionais da instituição de diferentes setores e com diferentes cargas horárias de trabalho a saber: uma professora (Departamento de Educação - 12 horas) e uma pedagoga (Pró-Reitoria de Graduação - 40 horas), atualmente coordenadora e vice-coordenadora respectivamente; psicóloga (Pró-Reitoria de Graduação - 40 horas), arquiteta (Pró-Reitoria de Planejamento - 8 horas), bibliotecária (Sistema de Bibliotecas/ UEL - 8 horas), uma estagiária do curso de Pedagogia (30 horas) e dois estagiários do curso técnico em enfermagem (30 horas cada).

Este trabalho justifica-se pela necessidade de divulgar serviços desta natureza e pela escassez de publicações referentes à temática. De acordo com Moreira (1999, 2014), os programas de apoio são essenciais para garantir a permanência com qualidade destes estudantes.

Considerando a legislação vigente no que tange à Educação Especial, particularmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Federal nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e a Lei Estadual nº 18419 (PARANÁ, 2015), que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do



Estado do Paraná, observa-se que os estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação que ingressam no ensino superior ainda enfrentam inúmeras barreiras arquitetônicas, falta de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), escassez de literatura em Braille, insuficiência de vagas especiais nos estacionamentos, inadequação de procedimentos avaliativos e do processo ensino-aprendizagem (MOREIRA, 1999).

Para atender o objetivo deste trabalho foram realizadas leituras e análise do relatório de atividades do NAC de 2017 e das atas das reuniões semanais da equipe para identificar as ações já realizadas pela Universidade Estadual de Londrina e sugerir propostas de encaminhamentos.

Resultados

Após a leitura do material, pode-se considerar como ações pertinentes à permanência estudantil:

1. Organização de uma equipe interdisciplinar. Esta configuração permite a discussão de situações enfrentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial a partir de diferentes áreas do conhecimento e possibilidade de ações diversas que contemplem a acessibilidade física, pedagógica e atitudinal

Sobre a gestão do núcleo, destaca-se a alternância da gestão a cada 2 anos e a composição atual com uma professora e uma agente universitária/ pedagoga.

A organização da equipe dá-se por meio de reuniões semanais para apresentação das sínteses dos atendimentos, discussão das ações a serem empreendidas, a elaboração coletiva de ações e documentos enviados aos Colegiados de Cursos, Direção de Centro de Estudo ou outros órgão que se façam necessários ao adequado atendimento das necessidades identificadas.

O trabalho da equipe é iniciado quando o estudante declara sua condição na matrícula ou solicita atendimento educacional do NAC em qualquer momento do curso. O mesmo também pode ser feito pelos Colegiados dos Cursos e professores, mediante ciência do estudante (RIBEIRO et al, 2016).

O trabalho desenvolvido consiste no acompanhamento sistemático ao estudante, avaliando a efetividade das ações empreendidas e reuniões com colegiados dos cursos e professores dos estudantes acompanhados para orientações e suporte, relacionado ao aspecto pedagógico ou às atitudes frente ao estudante com deficiência e/ou altas habilidades/superdotação (RIBEIRO et al,



2016). Todas as atividades realizadas são registras no sistema do NAC para acompanhamento qualitativo e quantitativo.

Atualmente encontram-se em acompanhamento educacional 83 estudantes distribuídos conforme o Gráfico abaixo:

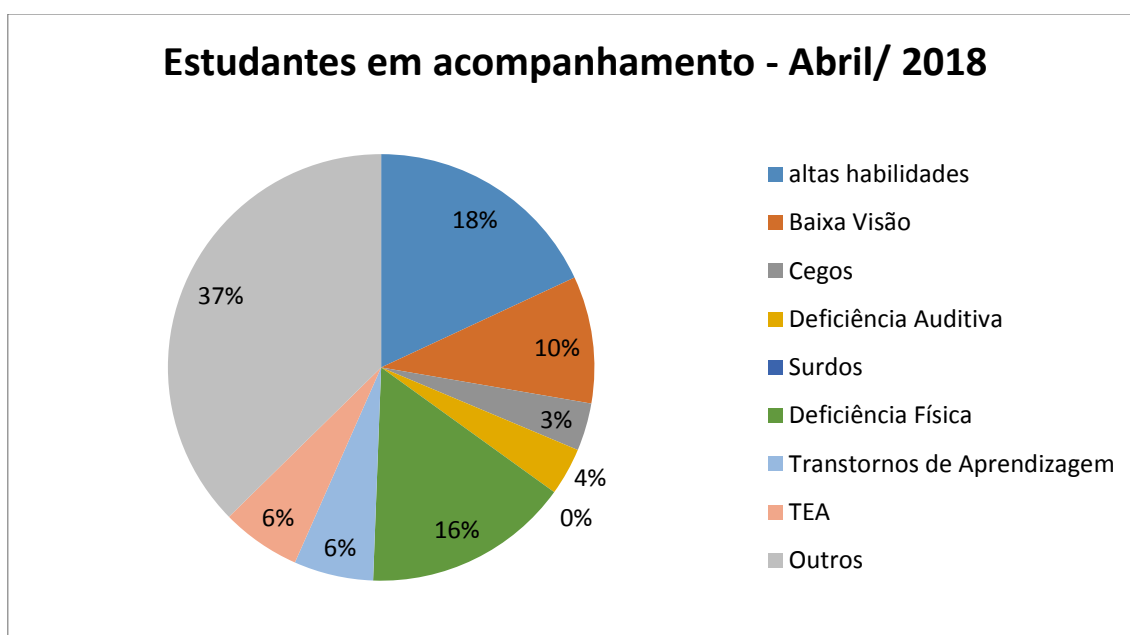


Gráfico 01: Distribuição dos estudantes em acompanhamento por tipo de condição de apoio educacional.

Dentre os estudantes cadastrados como "outros" encontram-se aqueles que em razão de algum tratamento de saúde, solicitam procedimentos diferenciados e orientação sobre sua condição ao Colegiado de Curso.

2. O NAC preocupa-se também com a divulgação de seu trabalho na comunidade interna e externa, além da produção de conhecimento científico. São realizadas entrevistas aos meios de comunicação quando solicitado para esclarecimento de dúvidas (RIBEIRO et al, 2016) e informações relevantes sobre o público-alvo da educação especial. A equipe se mantém em constante capacitação participando de eventos tanto para formação pessoal como para divulgação de ações. Além disso, a equipe faz parte da diretoria do Fórum de Educação Especial das IEES



do Paraná desde sua reativação em 2014, no IV Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior promovido pelo NAC.

3. Outra preocupação do NAC é subsidiar a comunidade universitária quanto aos direitos e recursos referentes à população que necessita de Educação Especial. Neste sentido, são organizadas rodas de conversa sobre vida acadêmica, Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior e cursos de extensão, a exemplo dos cursos sobre Braille e Sorobã em parceria com Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual de Londrina.

Apesar dos aspectos positivos, acredita-se que ainda existam desafios para garantir a permanência de estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação na universidade:

1. Recursos Humanos. A instituição ainda não dispõe de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS) e a ausência de estudante surdo na instituição não deveria justificar a falta deste profissional. O TILS deveria estar disponível assim que um estudante surdo se matriculasse na universidade, evitando que o mesmo fique desassistido enquanto aguarda o tempo necessário para a tramitação da contratação. Além disso, a visibilidade do tradutor intérprete de Libras estimularia a comunidade surda de Londrina e região a conhecer a universidade e atuaria nos diferentes eventos organizados no local. Há necessidade ainda de outros profissionais para atuarem no apoio, como por exemplo profissionais habilitados no Sistema Braille, além de leitores e transcritores (RIBEIRO et al, 2016). Destaca-se ainda a ausência de participação formalizada de mais agentes universitários e professores interessados na temática. Ainda que sem formação em Educação Especial, esses profissionais poderiam contribuir na organização de ações voltadas à permanência estudantil.

2. Recursos Financeiros. Como o NAC não gerencia nenhum capital, depende da disponibilidade e interesse de outros setores para a efetivação de práticas acessíveis. Mesmo garantido por leis, a equipe depende da sensibilização de alguns setores para a promoção de acessibilidade física em todos os espaços do *campus* (incluindo seu próprio espaço físico), disponibilização de *notebooks* e outras tecnologias assistivas que ofereçam acessibilidade aos estudantes com deficiência visual, profissionais para atuarem como TILS em eventos, apoio de



outros setores da sociedade na produção de materiais em Braille entre outras dificuldades que demandam recursos financeiros.

3. Práticas Pedagógicas. A promoção de eventos com o objetivo de capacitar a comunidade no atendimento do público-alvo da Educação Especial e de eventos de formação docente que subsidiem as práticas pedagógicas junto a esses estudantes tem pouca adesão do corpo docente da instituição. A ação pedagógica dos cursos fica restrita a esperar da entrada de estudantes com esta demanda e quando estes ingressam na instituição existe resistência de parte do corpo docente quanto aos procedimentos que devem ser providenciados justificando falta de formação e de recursos.

Conclui-se assim que, embora muito já tenha sido feito, a permanência de pessoas com deficiência e altas habilidades/ superdotação no ensino superior ainda necessita de trabalho árduo que envolva toda a comunidade universitária na discussão de políticas adequadas, procedimentos educacionais especializados e na busca de soluções acessíveis.

Palavras-chave: Deficiência. Altas Habilidades/superdotação. Ensino Superior

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. MEC/SECADI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

_____. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, D.F., 07 de set. 2015, p. 2. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_image-filefield-description%5D_93.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PARANA. Lei Estadual nº 1.8419, de 7 de janeiro de 2015. Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná. Estatuto da pessoa com deficiência do estado do Paraná. *Diário Oficial [do] Estado*, Casa Civil, Curitiba, 07 jan. 2015. p. 3. Disponível em:

<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=139152&codItemAto=845717>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MOREIRA, L. C. *A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade: limites e possibilidades*. Curitiba: Anped, 1999.

MOREIRA, L. C. O acesso do aluno com deficiência à universidade: em discussão as bancas especiais e o sistema de reserva de vagas. In: MARQUEZINE, M.C.; BUSTO, R. M.; FUJISAWA, D. S. (Org.). *Reflexões, experiências e práticas sobre inclusão*. São Carlos: ABPEE: Marquezine



& Manzini, 2014. p. 133-145. Disponível em:
<[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao Especial/Trabalho/12 22 51
A INCLUSAO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA UNIVE
RSIDADE LIMITE E POSSIBILIDADES \(1\).pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao_Especial/Trabalho/12_22_51_A_INCLUSAO_DO_ALUNO_COM_NECESIDADES_EDUCATIVAS_ESPECIAIS_NA_UNIVERSIDADE_LIMITE_E_POSSIBILIDADES_(1).pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RIBEIRO, Karen; AUSEC, Ingrid Caroline de Oliveira; OLIVEIRA, Eliane Fátima Guimarães de; SUZUKI, Dirce Missae. Atuação do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina: relato de experiência. In: MELLO, Diene Eire de; FRANCO, Sandra Aparecida Pires (Orgs.). **Educação superior**: cenários e perspectivas. Londrina: UEL, 2016. p. 302-3112.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução CEPE n. 70 de 5 de junho de 2002**. Londrina, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução CU/CA n. 0138 de 17 de julho de 2009**. Londrina, 2009.



**Oportunidade de aprendizagem para fortalecer a permanência indígena na universidade:
Resolução de Problemas, Investigações Matemáticas e a Avaliação em Matemática**

Grupo de trabalho: Apoio pedagógico

Mariana Souza Innocenti¹¹
mariinnocenti@gmail.com

Magna Natália Marin Pires¹²
magna@uel.com.br

A Universidade Estadual de Londrina foi uma das primeiras universidades públicas brasileiras a receber membros de comunidades indígenas como estudantes. A Lei Estadual n. 13.134/2001, alterada pela Lei Estadual n. 14.995/2006, assegura aos indígenas que habitam o estado do Paraná, o direito a vagas suplementares e uma política de ingresso específico nas Instituições Estaduais de Ensino Superior. O Ciclo Intercultural de Iniciação acadêmica surgiu de uma necessidade de se criar políticas públicas para garantir a permanência dos estudantes na universidade.

O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica funciona como uma graduação especial desenvolvida no período de um ano, são 480 horas letivas. As aulas são ministradas por educadores-bolsistas que são orientados por docentes especialistas nas respectivas áreas de ciências da natureza, matemática e língua portuguesa, sendo desenvolvidas por meio de aulas semanais, de segunda à quarta-feira, no período noturno. Os encontros de quinta e sextas-feiras, majoritariamente ministrados no período noturno, são destinados a atividades variadas como: rodas de conversas com a participação de convidados especialistas em um tema específico vinculado à temática do módulo; visitas para conhecer diferentes órgãos e espaços existentes na Universidade tais como: as bibliotecas central e setoriais, museus, hospitais-escola, dentre outros; visitas a experiências de cooperativas comunitárias e outras organizações populares na região;

¹¹ Mestranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina. Docente da disciplina de Matemática do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para Estudantes Indígenas.

¹² Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Professora do Departamento de Matemática da UEL. Orientadora no Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para Estudantes Indígenas.



encontros com coordenações de colegiados de cursos desejados pelos estudantes indígenas do Ciclo, bem como com representantes estudantis de centros acadêmicos; e oficinas de síntese das atividades realizadas nos eixos temáticos bimestrais.

As avaliações dos estudantes do Ciclo ocorrem de forma contínua e diagnóstica, com finalidade de oportunizar a aprendizagem do estudante indígena, fornecendo feedbacks aos alunos sobre suas práticas, contando com a reflexão permanente de todos os sujeitos envolvidos. Os estudantes devem atingir, no mínimo, setenta e cinco por cento de frequência nas atividades do curso e atingir média igual ou superior a 6 em todo processo, incluindo as disciplinas, os trabalhos elaborados, a participação nas atividades, entre outros. Cada bimestre gira em torno de um eixo temático, no primeiro bimestre, Terra e Identidade, no segundo, Ciência e Saúde, no terceiro Cidadania e Sustentabilidade e, finalmente, no quarto bimestre, Cotidiano Acadêmico. Ao final de cada eixo bimestral, as avaliações realizadas são discutidas por meio de roda de conversa com todos os envolvidos, assim como de forma individual, definindo-se estratégias pedagógicas de recuperação, respeitando as dinâmicas particulares de cada acadêmico. É também levada em consideração nas avaliações, a frequência dos estudantes, identificando-as e refletindo sobre as ausências nas atividades, bem como possíveis desmotivações no processo. Após este primeiro ano, caso sejam aprovados, os estudantes ingressam nos cursos de graduação desejados, caso não sejam aprovados, os estudantes têm mais uma chance de cursar o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica.

Com essa estrutura de trabalho, visa-se formar estudantes autônomos, responsáveis pela construção do próprio conhecimento, e, com isso, contribuir para a permanência dos estudantes indígenas na universidade. Na proposta do projeto Intercultural, a Matemática é desenvolvida na perspectiva da Resolução de Problemas e da Investigação Matemática. De acordo com essas estratégias, os estudantes indígenas passam por experiências consideradas essenciais para a formação de um sujeito social, crítico e atuante na sociedade em que vive. As aulas sob essas perspectivas possibilitam explorar a interpretação de tarefas ou situações; criar ambientes nos quais os estudantes tenham oportunidade de realizar os procedimentos para execução da estratégia escolhida para resolver problemas e oportunizam a reflexão dos estudantes a respeito da resposta encontrada.



O ponto de partida de aulas nas perspectivas de Resolução de Problemas e Investigação Matemática são tarefas, podendo ou não privilegiar um conteúdo específico. Essa possibilidade, de escolher tarefas que estão inseridas num contexto realístico, que podem ou não privilegiar um conteúdo, estimada pela Educação Matemática Realística¹³, vai ao encontro dos ideais e dos objetivos do Ciclo Intercultural que, ao receber os indígenas, foca em prepará-los para a vida acadêmica em um curso superior. Acredita-se que dar aos alunos a oportunidade de passar por essas etapas durante a aula e se envolver com os conteúdos matemáticos, seja um caminho que mostre uma perspectiva de Matemática como uma atividade humana, posta por Freudenthal, contando com a participação ativa do estudante, tomando decisões, fazendo escolhas, testando a validade das suas escolhas. Sendo assim, concluímos que, essas ações corroboram para o fortalecimento e permanência dos indígenas no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Educação Matemática. Permanência Estudantil Indígena. Ensino Superior.

Referências

- AMARAL, Wagner Roberto do; BAIBICH, Tânia Maria. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p.818-835, 2013.
- AMARAL, W. R. do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná**: sujeitos e pertencimentos. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2010.
- AMARAL, W. R. do; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. **Universidade para indígenas**: a experiência do Paraná. v. 1. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, 2016.
- AMARAL, Wagner Roberto do; BAIBICH, Tânia Maria. A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, p.197-220, dez. 2012.
- CIARAMELLO, Patrícia Regina. Escolarização Indígena, Cultura e Educação. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 41, p.109-125, 2014.
- FRAGA, Letícia et al. Políticas afirmativas para populações indígenas no Paraná: da promulgação da Lei Estadual 13.134/2001 à proposta de elaboração de um curso de licenciatura e/ou pedagogia intercultural. **Muitas Vozes**, v. 5, n. 1, p. 167-182, 2017.

¹³ Abordagem proposta pelo alemão Hans Freudenthal.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

GUERRA, Maria José; AMARAL, Wagner Roberto do. A Construção Da Identidade E Os Regimes De Visibilidade Dos Povos Indígenas Na Universidade. **Muitas Vozes**, v. 3, n. 1, p. 53-68, 2014.

PEDROCHI JR, Osmar. **Avaliação como Oportunidade de Aprendizagem em Matemática**. 2012. 56f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

PÉREZ, Andrea Lisset. Escola indígena: uma reflexão sobre seus fundamentos teóricos, ideológicos e políticos. **Perspectiva**, v. 25, n. 1, p. 227-244, 2007.

PIRES, Magna Natalia Marin; AMARAL, Wagner Roberto do; KUBOYAMA, Jean Carlos Alves da Silva. O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica em uma Universidade Estadual do Paraná: o fortalecimento dos indígenas na educação superior em uma experiência com a Educação Matemática. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 26, n. 1, p. 240-257, abr. 2018.

POZO, Juan Ignacio et al. **A solução de problemas**: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, v. 3, 1998.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GOBBI, Isabel. Políticas públicas e educação para e sobre indígenas. **Educação**, v. 34, n. 1, p. 95-112, abr. 2009.



O ensino de língua portuguesa no ciclo intercultural de iniciação acadêmica para estudantes indígenas da UEL como auxílio à permanência estudantil

Grupo de trabalho: Apoio pedagógico

Anna Bacinello Quiles

O pertencimento acadêmico não é fator único para garantir a permanência estudantil indígena na universidade. Faz-se necessário, também, que haja um pertencimento étnico-comunitário. Uma das maiores lutas das populações indígenas, nos dias de hoje, é pela terra, entendida enquanto constituinte da identidade desses povos. Pensar nessa terra significa pensar em território, em toda polissemia cabível ao termo. Ocupar um território não diz respeito somente à retomada de terras ou reivindicação pela demarcação, mas ocupar todos os espaços em que esses sujeitos foram, por tantos séculos, silenciados. Um desses espaços é a universidade.

Partindo dessas necessidades, depois 12 anos da primeira política pública de ingresso de estudantes indígenas nas universidades estaduais, por vagas suplementares, do Paraná, por meio da implementação da Lei 13.134/2001, as inquietações a respeito da permanência de tais estudantes continuaram, principalmente depois de pesquisas que analisaram os porquês dos altos índices de evasão. Então, em 2013, a Comissão Universidade para os Índios (CUIA-UEL) apresentou uma proposta de um ciclo introdutório para os indígenas ingressantes. Depois de ser amplamente discutida entre os membros da CUIA, os estudantes indígenas, os caciques e lideranças, a proposta foi aprovada pela Resolução CEPE/CA nº 133/2013.

Desde 2014, então, o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para Estudantes Indígenas da UEL tem funcionado como uma relevante política de permanência estudantil, contemplando as especificidades e as pluralidades dos acadêmicos indígenas. Sendo assim, os alunos aprovados no Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, que escolhem a UEL, frequentam o Ciclo por um ano, cumprindo uma carga horária de 480 horas, e, após aprovados, são matriculados nos cursos de graduação escolhidos. O Ciclo é dividido em 4 módulos (Terra e Identidade, Ciência e Saúde, Cidadania e Sustentabilidade, Cotidiano Acadêmico) e acontece numa constante construção, envolvendo membros da CUIA, os estudantes indígenas e os Educadores.

Entre muitas outras atividades, ocorrem no Ciclo aulas de Língua Portuguesa, Ciências da Natureza e Matemática, conteúdos pilares de todas as áreas do conhecimento. No que tange o



ensino de Língua Portuguesa, o Ciclo tem como objetivo desenvolver, de forma científica e cidadã, a plena capacidade de comunicação, por meio de textos escritos e orais, e de leitura dos mais variados gêneros do discurso, de forma a entender como funcionam as veiculações de dos mesmos e quais são as condições de produção, discursivas, as formações ideológicas e o papel do sujeito enquanto um agente das interações sociais.

Por ser a autonomia um dos fios condutores da proposta pedagógica do Ciclo, a metodologia das aulas de Língua Portuguesa é pautada na experiência de leitura, num processo que permite o entendimento da amplitude de efeitos de sentidos que cada discurso pode conter, considerando, sempre os conhecimentos advindos, principalmente, da tradição oral que os acadêmicos carregam, partindo do pressuposto de que a leitura de mundo precede a leitura da palavra. Assim, os sentidos das leituras são construídos de forma processual e coletiva, para que os estudantes compreendam que, muito além de decodificar as palavras, é preciso entender tudo aquilo que atravessa os discursos, desenvolvendo uma leitura crítica.

Tendo a leitura enquanto norteadora das aulas, conteúdos gramaticais, literários e de produção de texto também são contemplados. No que diz respeito à análise linguística, procura-se trabalhar de forma contextualizada os estudos sobre morfologia e sintaxe, na medida em que o estudante, enquanto falante de Língua Portuguesa, perceba que os estudos linguísticos fazem parte de todo e qualquer processo enunciativo e, portanto, fazem parte de suas vidas, o que diminui a distância entre aluno e língua construída pelo ensino tradicional de gramática.

Também, as aulas de Língua Portuguesa contemplam aspectos políticos que perpassam os discursos, contribuindo para o entendimento de que a língua está diretamente relacionada à identidade, às relações de poder, entre outras questões, numa tentativa de fazer com que os estudantes bilíngues se sintam confortáveis para se comunicar tanto em suas línguas indígenas, quanto em língua portuguesa, associado ao entendimento de conceitos como preconceito linguístico e ideologia.

Quanto ao trabalho com a literatura, as aulas giram em torno do fato de que o uso artístico da linguagem é uma forma de expressão que representa inúmeras visões de mundo, além de contemplarem o prazer literário, o prazer da leitura e da performance, em que os alunos não simplesmente leem romances canonizados, mas têm contato com diversas formas do fazer literário e as experienciam, pois tem-se a ideia de que o acesso à literatura desagua na justiça



social. Portanto, a contemplação estética e a vivência literária também são importantes para a formação de um leitor crítico e que se sinta pertencente a essa esfera.

Por fim, o trabalho com a produção textual é articulado às discussões anteriores, focalizando, principalmente, os gêneros textuais que permeiam o cotidiano acadêmico, garantindo, assim, o entendimento das adequações linguísticas que a universidade exige.

Depois de quatro anos de existência do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para Estudantes Indígenas da UEL, os resultados observados são positivos, especialmente no que se refere à afirmação identitária dos acadêmicos que passaram pelo Ciclo e suas formas de articulação e união.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; Permanência Estudantil Indígena; Ensino Superior.

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do. As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná. 2012.

_____, Wagner Roberto; BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, 2013.

_____, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR.

_____, Wagner Roberto do; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. Universidade para indígenas: a experiência do Paraná. v. 1. **Rio de Janeiro: FLACSO, GEA**, 2016.

_____, Wagner Roberto do; BAIBICH, Tânia Maria. A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 7, 2012.

ANTUNES, Irandé. **Muito Além da Gramática**: por um ensino sem pedras no caminho. SP: Parábola Editorial, 2007.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e Discurso**: história e Literatura. São Paulo: Ática, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 16.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

_____, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARONAS, Roberto Leiser. **Formação discursiva**: vale a pena lutar por ela. Estudos Linguísticos, Campinas, v.34, p.734-737, 2005.



BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **A personagem**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2012.

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p.169-191.

CIARAMELLO, Patrícia Regina. ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA, CULTURA E EDUCAÇÃO. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 41, 2014.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Letramento literário: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª. **Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra**, v. 3, 1987.

_____, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **O texto na sala de aula**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar ao texto: um manual de redação**. 2.ed. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

GUERRA, Maria José; DO AMARAL, Wagner Roberto. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E OS REGIMES DE VISIBILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE. **Muitas Vozes**, v. 3, n. 1, p. 53-68, 2014.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos A. da R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SARRAZAC, Jean-Pierre. **A invenção da teatralidade seguido de Brecht em processo e o jogo dos possíveis**. Porto: Deriva Editores, 2009.

SCHNEUWLY, Bernard. DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 2.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GOBBI, Isabel. Políticas públicas e educação para e sobre indígenas. **Reunião Brasileira de Antropologia**, v. 26, 2008.



A abordagem no ensino de ciências da natureza como auxílio da permanência estudantil indígena

Grupo de trabalho: Apoio pedagógico

Felipe Tsuzuki¹

Segundo a Lei Estadual nº 13.134, de 2001, as universidades estaduais do Paraná deveriam instituir vagas suplementares para indígenas. A partir disso, foi fundado o *Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná* em 2002, que viabilizou o ingresso de indígenas nas instituições de ensino superior (IES). Contudo, observou-se que, mesmo após dez anos da presença indígena nas IES, poucos estudantes concluíam os seus respectivos cursos de graduação. Configurando, assim, uma barreira para a permanência indígena nas universidades, bem como na sua significativa integração ao meio acadêmico, impossibilitando a participação efetiva na construção e universalização do conhecimento, em sua maioria.

Está descrito que no período de 2002 a 2014, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) contou com 72 estudantes indígenas ingressantes, dos quais 32 desistiram dos seus cursos e da universidade, apresentando o percentual significativo de 44% de evasão. Por outro lado, até 2015, houve 9 estudantes indígenas formados que representam 25% dos ingressantes entre 2002 e 2009. Os resultados acima apresentados, confirmam a carência existente em medidas e políticas públicas e da universidade para garantirem a permanência dos indígenas nas universidades. Como consequência dos desdobramentos promovidos pela comissão Universidade Para os Índios da UEL, funcionários foram contratados e setores foram estabelecidos para auxiliarem na integração dos estudantes com a academia.

Ainda assim, a alta taxa de evasão somada a um grande percentual de retenções e mudanças de cursos mostraram que os problemas de permanência, integração, acompanhamento das disciplinas e identificação étnica ainda estavam presentes. Portanto, fez-se uma proposta de ciclo introdutório apresentado pela CUIA da UEL à Pró-Reitoria de Graduação como projeto pedagógico de um Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica, que tinha como objetivo a qualificação da formação acadêmica dos estudantes indígenas ingressantes na Universidade na perspectiva do fortalecimento de sua presença e permanência na educação superior.



O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica é composto por 480 horas letivas, que são divididas em quatro módulos temáticos (Terra e Identidade, Ciência e Saúde, Cidadania e Sustentabilidade, Cotidiano Acadêmico). Assim, os estudantes ingressantes passam um ano matriculados no Ciclo, portando de todos os seus direitos como estudantes universitários. Após este primeiro ano, em caso de aprovação, estes estudantes optam pelos cursos de graduação desejados, os quais foram objetos de discussões e aproximações no referido Ciclo.

Além do trabalho intercultural modular, o Ciclo estrutura-se por três campos: Ciências da Natureza, Matemática e Linguagem, que serão apresentados semanalmente, no período noturno, de forma concentrada. As aulas das citadas disciplinas irão contemplar as relações e perspectivas das ciências contemporâneas. Na metodologia abordada, utiliza-se da contextualização, da problematização e da reflexão para o desenvolvimento da criticidade, além de permear os conteúdos e conceitos de cada área. Desta base curricular, destaca-se o diálogo entre os contextos e vivências trazidas pelos estudantes indígenas.

Dado as Ciências Naturais os aspectos não apenas relacionados com a química, a física e a biologia, mas também com a saúde e os fenômenos da natureza, inviabiliza-se o ensino instrumental-expositivo, uma vez que a riqueza cultural dos estudantes indígenas se associa aos processos e relações biológicas-naturais. No que tange o ensino de ciências, a imposição obsoleta dos conhecimentos científicos marcam e, muitas vezes, subjagam os conhecimentos prévios de origem popular, cultural, ética-comunitária ou religiosa. Desta forma, esse método pode ser prejudicial para processo de aprendizagem, pois trata-se de uma aceitação guiada por relações de dominância e poder (relação professor-aluno), na qual o poder e a dominância se estabelece pela detenção do conhecimento e reprodução de um modelo autoritário de ensino. Além de desconfigurar o ensino das ciências, uma vez que a mesma se desenvolve a partir de um método científico, caracterizado pela problematização e investigação de determinado contexto.

Portanto, faz-se necessário um método que compreenda, primariamente, o estudante como indivíduo e como participante ativo na construção do seu próprio conhecimento, aprendendo suas palavras, presentes no seu cotidiano e contexto, descobrindo o seu mundo, o seu corpo e os fenômenos que o cercam. A partir de questionamentos e problematizações que mediam uma reflexão, o estudante ver-se-á em uma situação investigativa da sua própria realidade, e, por isso, motivadora. Uma vez que seus conhecimentos, quando questionados, não conseguem responder



às perguntas idealizadas, surgirá uma necessidade de buscar respostas, caminho para o exercício de uma autonomia de estudo e pesquisa. Com pesquisas feitas e analisadas, aproxima-se o conhecimento científico, capaz de responder os questionamentos iniciais. Logo, o diálogo do aluno é parte essencial para o processo de aprendizado, no qual o conhecimento não é imposto, mas sim proposto.

No modelo acima apresentado, o próprio processo de aprendizado caracteriza o processo de avaliação, a qual não oferecerá uma pressão que agiria como força motriz para o estudo, mas o contrário é correto, em que o processo de aprendizado/avaliação instiga o estudante. Ou seja, a pressão antes presente não se faz mais necessária, pois a força que o levará a estudar será a própria curiosidade. Assim, esta proposta leva o estudante a buscar os conhecimentos, desconstruindo a imagem do professor “portador do conhecimento” em sua posição autoritária, rompendo com essa relação de poder e estabelecendo novos relacionamentos professor-estudante que também possibilitam o aprendizado de conteúdos atitudinais. Se o próprio estudante desenvolve autonomia para a leitura, pesquisa e análise, o mesmo aproxima-se cada vez mais da prática de sua liberdade e desmontando sua posição de oprimido que lhe é colocada por meio da educação.

Na perspectiva indígena, trabalhada no ciclo, é importante ressaltar que essa abordagem pode ser realizada não apenas pelo número reduzido de estudantes em sala, mas também pela formação diferencial dos educadores, bem como a estrutura fornecida como instrumentos desse processo de ensino-aprendizagem. Seriam necessários mais estudos para que haja uma transposição desse método para outras instâncias educacionais, seja ela de ensino superior ou de ensino básico. Contudo, pelas consequências já apresentadas deste método, o diálogo em sala de aula e a troca de saberes configuram um processo de aprendizado significativo, uma vez que a distância dos conhecimentos científicos para com a realidade cotidiana dos estudantes seja encurtada.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Permanência Estudantil Indígena; Ensino Superior.

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do. As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná. 2012.



AMARAL, Wagner Roberto; BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, 2013.

AMARAL, WR do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR.

AMARAL, WR do; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. Universidade para indígenas: a experiência do Paraná. v. 1. **Rio de Janeiro: FLACSO, GEA**, 2016.

AUSUBEL, David P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. **Lisboa: Plátano**, v. 1, 2003.

CASSANDRE, Marcio Pascoal; AMARAL, Wagner Roberto do; SILVA, Alexandro da. I, Alex, from the Guarani Ethnic Group: the indigenous student's testimony of an administration undergraduate program and his double belonging. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 4, p. 934-947, 2016.

CIARAMELLO, Patrícia Regina. ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA, CULTURA E EDUCAÇÃO. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 41, 2014.

DA CUNHA CAMPOS, Maria Cristina; NIGRO, Rogerio Goncalves. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. FTD, 1999.

DO AMARAL, Wagner Roberto; BAIBICH, Tânia Maria. A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 7, 2012.

FRAGA, Letícia et al. Políticas afirmativas para populações indígenas no Paraná: da promulgação da Lei Estadual 13.134/2001 à proposta de elaboração de um curso de licenciatura e/ou pedagogia intercultural. **Muitas Vozes**, v. 5, n. 1, p. 167-182, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª. **Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra**, v. 3, 1987.

GUERRA, Maria José; DO AMARAL, Wagner Roberto. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E OS REGIMES DE VISIBILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE. **Muitas Vozes**, v. 3, n. 1, p. 53-68, 2014.

PÉREZ, Andrea Lisset. Escola indígena: uma reflexão sobre seus fundamentos teóricos, ideológicos e políticos. **Perspectiva**, v. 25, n. 1, p. 227-244, 2007.

PIRES, Magna Natalia Marin; AMARAL, Wagner Roberto do; KUBOYAMA, Jean Carlos Alves da Silva. O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica em uma Universidade Estadual do Paraná: o fortalecimento dos indígenas na educação superior em uma experiência com a Educação Matemática. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 26, n. 1, p. 240-257, abr. 2018.

POZO, Juan Ignacio et al. A solução de problemas: aprender a resolver, resolver para aprender. **Porto Alegre: Artmed**, v. 3, 1998.

SELBACH, Simone et al. Ciências e didática. **Petrópolis: Vozes**, p. 165, 2010.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GOBBI, Isabel. Políticas públicas e educação para e sobre indígenas. **Reunião Brasileira de Antropologia**, v. 26, 2008.



TEIXEIRA, Paulo Marcelo M. A educação científica sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica e do movimento CTS no ensino de ciências. **Ciência & educação**, v. 9, n. 2, p. 177-190, 2003.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Penso Editora, 2015.



A importância do Programa de Apoio a Permanência (PROPE) no acesso dos estudantes de escola pública à universidade

Grupo de trabalho: Apoio pedagógico

Ana Carolina dos Santos Marques¹⁴
anaaa0@hotmail.com

Beatriz da Silva Cardoso¹⁵
biab8141@hotmail.com

Kamila Ap. Lima Lopes¹⁶
kamilafroislopeseng@gmail.com

O PROPE é um programa da Universidade Estadual de Londrina que desenvolve mecanismos pedagógicos e de assistência estudantil. Este texto objetiva discutir a importância do PROPE no ingresso e permanência de estudantes oriundos de escola pública na Universidade, além de suas contribuições para seus participantes. Para tanto, as autoras – bolsistas no programa – relatam sua experiência provenientes das visitas nas escolas para divulgação da Universidade e dos meios de acesso a mesma.

D'ávila (2006) aponta que quando as instituições educacionais contemporâneas foram formadas, o pensamento racial ajudou a guiar as políticas públicas. Em muitos períodos da história, principalmente entre 1917 e 1945, acreditava-se que pobres e negros eram sub cidadãos destinados a degeneração, sendo que por meio da educação estes poderiam ser redimidos e a sociedade, embranquecida.

Deste modo, as camadas populares foram historicamente privadas de uma educação de qualidade, que não aprofundasse as desigualdades socioeconômicas e que defendesse a equidade. Neste sentido, o PROPE caracteriza-se como um programa essencial para o ingresso de estudantes oriundos de escola pública na Universidade, torna-se uma forma de incentivar os estudantes para que conheçam espaços destinados a eles.

¹⁴ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina.

¹⁵ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina.

¹⁶ Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Londrina.



Nas visitas nas escolas públicas de Londrina (PR) e região, percebe-se que muitos estudantes não conhecem a universidade, que por direito é para eles, bem como suas diferentes formas de acesso, políticas de ação afirmativa e de permanência. A ausência de perspectiva diante do futuro é facilmente identificada, boa parte dos estudantes possuem baixa autoestima intelectual e não se sentem capazes de ingressar na Universidade, somado a isso há os problemas estruturais e familiares.

Nota-se o quão essencial é apoio pedagógico na desconstrução de ideias ligadas a menor capacidade dos estudantes de escola pública comparado aos de escola particular, visto que é notório durante as visitas como essas questões tem mantido boa parcela jovem da população longe das cadeiras universitárias, além de incutir ideias preconceituosas acerca, por exemplo, do sistema de reserva de vagas que tem o objetivo de beneficiar estudantes do contexto em que os próprios estão inseridos.

Assim, o PROPE tem colaborado para uma maior proximidade com a vivência e a diversidade de contextos dos estudantes, que ao mesmo tempo são distintas e semelhantes à das autoras. Os estudos realizados por meio do programa trazem uma nova perspectiva no que se refere a abrangência do individual e do coletivo e como essas maneiras de se enxergar a si e a o outro alteram a concepção das convivências humanas. O programa colabora para a melhor compreensão dos desafios históricos de direitos ao acesso à educação enfrentados pelos negros e camadas populares.

Portanto, o trabalho do PROPE tem participação importante na composição da Universidade ao mostrar aos estudantes seus direitos como cidadãos e de estarem presentes na Universidade.

Palavras-chave: PROPE; acesso à universidade; escola pública.

Referências

D'ÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400 p.



A educação para relações étnico-raciais na universidade: princípios e exigências

Grupo de trabalho: Apoio pedagógico

Lindberg Nascimento Junior¹⁷
lindberg@uel.br

Discutir a pauta da diversidade, cultura afro-brasileira, políticas de ações afirmativas, sistemas de inclusão, acesso e permanência na universidade pública é mostrar que nossas práticas, mesmo aquelas mais cotidianas e particulares, estão submetidas e internalizadas por debates históricos e questões antigas. Reconhecê-las em nossos corpos, mentes e ações é o que pretendemos oferecer como o primeiro ponto de partida para construção de um processo educativo que se chama: educação para relações étnico-raciais.

O reconhecimento da educação para relações étnico-raciais é uma medida, individual com manifestações coletivas, que tende (retro)alimentar um conhecimento que só pode ser construído com base no diálogo entre individualidade e diversidade, entre a valorização da história passada e sua correspondência no presente, e principalmente na erradicação de sentimentos de superioridade e inferioridade entre pessoas e culturas.

Reconhecimento, medida e diálogo formam um tripé de princípios que nos auxilia a pensar que, primeiro constituição da dignidade de todas as pessoas humanas é baseada no direito, na ética, no respeito e na construção de um ambiente bom e de qualidade; e segundo, que relações sociais mediadas por conflitualidades não podem ser reduzidas às formas de violência e nem existirem como sistemas de opressão.

Por ser um debate recente, a educação para as relações étnico-raciais pode ser considerada como uma abordagem educacional, e tem sido construída no Brasil, principalmente a partir do dia 10 de março de 2004. Neste dia, o Estado Brasileiro através do Ministério da Educação - MEC, divulgou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana indicando possíveis transformações na forma de ensinar e apresentar na educação formal.

¹⁷ Professor colaborador no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.



Depois de quase 10 anos de debate e mais de 500 anos de luta e resistência, as diretrizes foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE para dar continuidade à Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional que dispõe sobre obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo oficial de escolas públicas e privadas do ensino fundamental, médio e superior.

Além desse estabelecimento, a lei também incorpora em seu conjunto uma série de dispositivos legais, considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização da educação para e das relações étnico-raciais, desencadeada principalmente a partir dos anos 2000 (GOMES, 2011).

Não é à toa que desde 2004, exigências epistemológicas, éticas, e pedagógicas instigam conhecer, esquadrihar as condições, os contextos, as redes de relações em que mulheres e homens, ao longo da história do Brasil (SILVA, 2007), aprenderam, ensinaram e reproduziram uma cidadania que tem sido aberta à problematizações devido a introdução da RER no cotidiano das instituições de educação.

Exigências epistemológicas, éticas e pedagógicas não são palavras soltas, pelo contrário, elas favorecem o entendimento da RER enquanto uma trílice, que combinada efetiva o núcleo e o processo dela própria. Ao mesmo tempo que ela só pode acontecer por agentes sociais que tenham claro em suas mentes e em suas práticas as consistências de seus princípios, valores profissionais, políticos e éticos, com opções claras de teoria, método, conceito, compromisso e responsabilidade com o trabalho educativo.

As exigências não se dão de forma separadas. No processo educativo elas funcionam como momento em que uma tende sobressair, mas nunca se eliminam e se sobrepõem, pelo contrário, elas ocorrem ao mesmo tempo de forma simultânea e justaposta no mesmo plano.

Os fundamentos da exigência epistemológica da RER pode ser executado por diversas maneiras. Das mais efetivas, é aquela que se propõe destacar a perspectiva histórica dos conteúdos e a necessidade de transformação do conhecimento que excluiu durante muito tempo outros saberes. Destaca-se nesse sentido o significado dos saberes modernos, mais recentes, com a valorização necessária de saberes tracionais, mais antigos e mais abrangentes.

As exigências éticas da RER, pode ser dimensionada a partir da compreensão e discussão a contradição entre superioridade-inferioridade de culturas, e o reatamento na formação



socioespacial brasileira. A discussão coloca o paradoxo do conhecimento e do reconhecimento da história, suas transformações e permanências, principalmente com relação a influência de culturas exógenas em conjunto com as endógenas, mais locais.

O fechamento da tríplice da RER subjaz a exigência pedagógica, que se resume por princípios claros e opções epistemológicas firmes do fazer educativo. A resolução e avaliação de problemas e práticas escolares relacionadas à diversidade e a cultura afrobrasileira será possível, na medida em que a questão étnico-racial une a prática educacional e potencial de transformação social.

Ter consciência de que a formação educativa é para ser humanos, homens e mulheres cidadãos, é indicar que estes estejam comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, que sejam capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, e que podem negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos, independentemente da etnia e da raça.

De fato, a educação já possui instrumentos para isso, e suas ferramentas e estratégias estão dadas já há algum tempo. Mas quando a direcionamos para as relações étnico-raciais, ela tende a pôr em destaque as vozes, os sentidos, os significados, os corpos e as cores de povos que foram silenciados no decorrer da história. A educação para as relações étnico-raciais no ensino superior assim promove nesta perspectiva um reencontro com a própria educação, e por isso ela não é mais tipo ou abordagem educativa, é a educação de fato.

Mas como efetivar a educação para as RER na universidade pública?

Sabe-se que desde sua formação a universidade esteve atrelada à transmissão do “[...] saber humano acumulado, missão que ela cumpriu com persistência” (WANDERLEY, 1986, p 37). E no decorrer do desenvolvimento histórico, transformações ideologicamente, politicamente e socialmente engendradas exigiram a busca e a produção de novos saberes, ao mesmo tempo que ampliavam os antigos conhecimentos. De forma geral, todo esse esforço rebateu diretamente e progressivamente em modificações também nas forças produtivas.

A educação para as RER mostra esse momento na educação brasileira, e a universidade pública que tem papel substancial e primordial para estabelecê-la efetivá-la. Na medida em que fenômenos e processos hodiernos carecem de novas matrizes teóricas de interpretação, somente



profissionais com competência teórica, técnica, científica, humana e social, podem estar preparados para o enfrentamento dos desafios e impasses postos pela sociedade contemporânea. Esse exercício pode ser realizados pela educação para RER.

O debate não é novo. Na verdade, essa preocupação existe desde 1990, e acompanha a história de lutas por inserção cidadã na sociedade, empreendidas por indígenas, negros, sem-terra, empobrecidos, outros marginalizados pela sociedade, desde o primeiro momento da colonização (SILVA, 1993, 2002; 2004).

A reação destes movimentos se deu de maneira conjunta e combinada, por vezes coordenada, mas que traziam como pauta a valorização histórica, artística e estética, a necessidade de manifestações em espaços públicos, de problematização e de questionamento contra a ideologia da assimilação cultural (eugenia, embraquecimento, etc) o mito da democracia racial, o racismo, a discriminação, o genocídio, a xenofobia, etc.

O conjunto destas pautas colocaram em fragilidade o discurso moderno, que disciplinarizador, universal e padronizador, foi desenvolvido por progressos técnico-científicos, e por retrocessos humanos e sociais. Na educação a repercussão da modernidade foi direta, através da disciplinarização e da padronização do saber. Segundo Silva (2007) esse momento é particularmente relevante pela contribuição dos professores indígenas e das escolas indígenas, na América Latina e Brasil, que começam a oferecer outros modos de se pensar a escola, a universidade, o ensino e a aprendizagem.

O caminho possível pode ser dado esclarecimento dos princípios e as exigências da educação, que é ao mesmo tempo politizar o debate sobre a inclusão, acesso e permanência no ensino superior, que só pode ser desenvolvidos por meio do compromisso com a formação humana, cidadã, profissional e técnica.

De outro modo, esse é também o momento é relativo à 'descoberta' do Brasil multicultural, que como em outras sociedades ocidentais multiculturais, é marcado pela organização em movimentos sociais que começaram a reagir, e mostrar a estrutura dos sistemas de opressão e de violência, diversas vezes e maneiras, legitimado pelo Estado, e que a universidade tem a responsabilidade de atuar criticamente para resolução.

Palavras-chave: educação; ensino superior; formação profissional.



Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/BB 14/1999. **Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas**. Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso: 25 dez. 20017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004b.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, 2005.

SILVA, Petronilha B. G. e. Citizenship and education in Brazil. In: BANKS, James. **Diversity, Citizenship and Education**. San Francisco: Jossey-Bass, 2004. p.185-218.

SILVA, Petronilha B. G.. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In: BARBOSA, Lúcia M. de A. (Org.). **De preto a afrodescendente; trajetórias da pesquisa sobre relações raciais no Brasil**. São Carlos, EDUFSCar, 2003. p. 181-197.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é Universidade**. Brasiliense. 6ª Ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo - SP 1986.



Ações afirmativas, Acesso e Permanência: a atuação do PROPE e do LEAFRO

Grupo de trabalho: Moradia, alimentação, transporte e financeiro

Richard Henrique Pinto
Discente UEL

Maria Nilza da Silva
Docente Orientadora UEL

O presente trabalho visa compartilhar as vivências e os conhecimentos vinculados à pesquisa e à extensão efetivadas por meio do PROPE (Programa de apoio à Permanência) — em parceria com o projeto LEAFRO (Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros). Tais programas desenvolvem uma formação que une teoria e prática em assuntos étnicos raciais. A teoria embasa a discussão de questões relevantes do projeto durante as visitas nos colégios de Londrina e região, momento em que colocamos em prática as discussões, dados, e importância da temática para os alunos do Ensino Médio, estudantes do terceiro ano preferencialmente. Nas visitas, apresentamos a importância do Ensino Superior público, de prestar o vestibular na Universidade Estadual de Londrina (UEL), bem como de outras universidades públicas. Em vista disso, os membros do projeto distribuem folders com informações relativas à UEL, tais como sistemas de ingresso (Vestibular e SISU - Sistema de Seleção Unificado) sistema de reserva de vagas (sistema de cotas), Feira das Profissões e Cursinho Especial Pré-Vestibular (CEPV). No decorrer das visitas, sanamos dúvidas referentes ao vestibular, à universidade ou ao nosso projeto.

Não somente abordamos nas salas de aula como funciona o sistema de cotas, mas também debatemos o que são as ações afirmativas. Logo, explicitamos a literatura sobre o tema étnico racial através de explicações que apresentem pensamentos acerca das questões raciais, em sua historicidade e sociedade particulares, (sendo tal conhecimento foco das discussões teóricas no projeto). Discorrer sobre esse assunto nem sempre agrada, levando em conta que essas questões são pouco ou nada discutidas em sala pelos professores. Assim, o tema abordado em sala de aula pelo grupo produz “olhares desconfiados”, como se algo muito criticado antes – por não conhecerem – fizesse todo o sentido agora. E ainda que para os estudantes seja lógico pensar que ações afirmativas são advindas de conquistas, ainda não se assume que nosso país é



preconceituoso e racista, por isso esse tema gera polêmica e desconforto. O tema por si tende a incomodar, pois as correntes que são contra esse tipo de reparação histórica não aceitam que haja reserva de vagas simplesmente por motivo de cor. Desse modo, discutimos tal problematização presentes na sociedade, para que seja possível confrontar ideias de uma falsa realidade presente nessas concepções. Há necessidade de mudar essa realidade a fim de preservar a integridade física e moral das pessoas, sendo que a forma mais efetiva é trazer o debate a todos, afirmando que o racismo no Brasil e no mundo existe. Apenas com discussões muito bem referenciadas e empenho no desenvolvimento reflexivo dos estudantes, podemos transformar as concepções racista ainda presente na sociedade.

Nas discussões de grupo no PROPE, denominada de formação teórica apreendemos a trajetória do negro não apenas no Brasil, mas em outros países. São debates de suma importância, já que o racismo foi trazido ao Brasil, sendo esse o foco para compreender o sistema de cotas raciais em universidades nos dias de hoje. Conhecimento de relevância não só enquanto discente de graduação participante do PROPE, mas sim enquanto parte dessa sociedade e ser humano. Então, as principais metas do Programa são compartilhar esses conhecimentos sobre o sistema de cotas – pertinentes àqueles que estão nas escolas públicas –, extinguir perspectivas superficiais acerca do assunto, explicitar os motivos do negro manter-se marginalizado, e possibilitar que cada um reconheça a história e os motivos pelos quais essa temática é tão ocultada nas escolas.

Embasamento Teórico

Durante a permanência no projeto, é possível ter acesso a diversas obras relacionadas a temas étnico raciais, histórias de escravidão, entre outros textos que o graduando tem pouco contato na escola quando estuda história, situação que poderia ser mais bem contada, pois escravidão não se resume apenas trabalhar de graça. Por isso é importante estudar a trajetória de como chegar até a universidade, pois o acesso é de certa forma limitado e a evasão nas universidades é uma presença constante. A população negra que representa mais da metade da população brasileira, ainda é minoria na academia. Nesse sentido, as ações afirmativas são



formas de atenuar essa discrepância entre pretos e brancos, ricos e pobres. Fatos esses mencionados por Pacheco e Silva (2006) em seu livro *O negro na Universidade*:

Considerando-se que a taxa de evasão e de abandono escolar é maior entre os alunos negros do que entre alunos brancos, até nas escolas públicas mais periféricas, o número de alunos negros que terminam o ensino médio é menor, comparativamente aos alunos brancos. Se não se reservar uma certa porcentagem a este pequeno número de alunos negros que se apresentam ao vestibular para selecionar os melhores dentre eles, as vagas poderão, quase todas, ser ocupadas pelos melhores alunos brancos das escolas públicas. Parece difícil de entender, mas é uma simples lei da probabilidade matemática (PACHECO E SILVA, 2006, p.18).

Além dessa obra, existem outras bibliografias para a formação dos bolsistas, como “Raça Pura”, de Pietra Diwan (2007), a qual faz jus ao tema retratando a eugenia e sua história no Brasil e no mundo. A autora debate sobre as origens da eugenia, métodos utilizados, objetivos e o que os adeptos às práticas eugênicas conquistaram. Diwan traz em seus estudos casos de como se estabeleceu o mito da mestiçagem enquanto algo positivo. Em uma das discussões é que a eugenia permanece viva, porém discreta, e ainda há a seleção de biotipos “ideais”, como no caso da fecundação *in vitro* em que são selecionados, preferencialmente, indivíduos brancos, de cabelo loiro e com olhos claros. O livro “O Espetáculo das Raças” de Schwarcz (1993) discorre na mesma ideia, na qual o discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como “um resultado, uma reificação dos atributos específicos da sua raça”. Não se pode esquecer de falar do médico eugenista famoso, Renato Kehl, que tinha como frase “como salvar esse povo feio?” tinha contribuição de muitos políticos e cientistas famosos do começo do século XX como: Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Fernando Azevedo e Edgar Roquette-Pinto.

Na parceria entre o PROPE e o LEAFRO, o principal meio criado para divulgar as políticas de acesso à Universidade é a palestra, a fim de atingir alunos de escolas públicas sempre procurando motivá-los, mostrando os caminhos que devem seguir para adentrarem esse meio que ainda é direito de poucos.

Resultados e Discussões



O principal objeto de estudo do projeto PROPE era levar os conhecimentos debatidos em reuniões para demonstrar os principais pontos relevantes de por que usar as cotas e como é possível ingressar por elas, o grupo também discuti o que fazer para evitar o alto número de evasão nas Universidades, visto que a realidade de muitos é trabalhar para ajudar em casa como prioridade, e a faculdade é apenas um complemento, sem que isso vire rotina e se torne o mais importante, o que é lamentável.

Em tese, a principal dificuldade é claro não parar de trabalhar, encontrar um cursinho preparatório acessível, e também conseguir o ingresso no ensino superior, que para muitos era visto como algo distante. Os meios foram informar que existe o CEPV – Curso Especial Pré-Vestibular, experienciado por mim –, um curso totalmente gratuito ministrado por graduandos da UEL, que aprova candidatos todos os anos no vestibular e que, depois de concorrer às vagas, o estudante aprovado no cursinho ganha benefícios como o meio passe estudantil e o material didático. Além disso, é importante mostrar que milhares de portas se abrem a partir do momento de ingresso na graduação da UEL, e que de maneira alguma se sentiriam motivados a desistir do curso, pois existe a possibilidade de obter bolsas de estudos, como bolsas permanência (UEL) e de inclusão social (Fundação Araucária), sem falar dos benefícios de conseguir alimentação no Restaurante Universitário com valor subsidiado. Aos alunos de odontologia, tem-se o empréstimo de equipamentos para os que não podem adquirir os próprios. Todos os benefícios são através de processo seletivo organizado pelo SEBEC (Serviço de Bem-Estar à Comunidade) que exigem documentações comprobatórias da renda familiar do candidato, a fim de evitar supostas fraudes que possam acontecer.

Por fim, os alunos do ensino médio conseguem a partir do PROPE em parceria com o LEAFRO obter noções de como funciona a UEL– e das oportunidades de ingresso como o vestibular – deveriam ser prioridade, e o mais importante, mostrar que eles podem sair da mesma condição social que muitos de nós, do próprio PROPE saíram, ou seja, ser o espelho, a inspiração para todos eles, momento esse vivenciado no colégio Albino Feijó Sanches, onde apenas lá estudei e consegui através do PROPE, falar sobre como consegui ingressar na UEL, e mais tarde vê-los participando da Feira das Profissões, mostrando que ouviram o que dissemos sendo satisfatório. Enquanto alunos de uma instituição pública, temos obrigação de retornar o investimento educacional feito pela sociedade em prol da própria sociedade.



Considerações finais

Ficou evidente a necessidade de um projeto como esse que visita escolas, compartilha ideias, proporciona perspectivas diferenciadas e quebra tabus sobre o sistema de cotas. Um projeto que trabalha a partir de bibliografias renomadas, levantando dados da situação social do negro na universidade para dentro das escolas, que leva sabedoria, com certeza não ministra apenas uma apresentação em sala de aula, mas sim leva experiência coletiva, de um trabalho conjunto a fim de levar o conhecimento de acesso à UEL. O empenho de cada noite estudada, a discussão sobre o sistema, nada se mede esforços a partir do momento que o motivo de não conhecerem nada disso é porque nunca falaram. A luta de manter a universidade viva para os negros por mais 20 anos de cotas, com os primeiros negros que sabiam que o espaço não era privilégio e sim um direito, tal direito comprovado após se concretizarem as ações afirmativas na UEL. Portanto, de maneira alguma um dos poucos projetos que é uma ferramenta fundamental de compartilhar conhecimentos a cerca da inclusão, permanência, e formação intelectual, deve acabar.

Palavras-chave: ações afirmativas, PROPE e LEAFRO

REFERÊNCIAS

DIWAN, P. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

PACHECO, J.Q.; SILVA, M.N. (orgs.). **O negro na Universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.



A permanência estudantil da população vulnerável no ensino público superior

Grupo de trabalho: Moradia, alimentação, transporte e financeiro

Letícia de Menezes Batista¹⁸
leticia05menezes@gmail.com

Nádilla Marques da Silva¹⁹
nadillamarques@hotmail.com.

Resumo: Com o objetivo de tecer considerações sobre as disposições legais que disciplinam e regulam a assistência estudantil às populações vulneráveis, o presente trabalho busca analisar, pautando-se na Constituição Federal de 1988, nas legislações específicas vinculadas ao direito à educação, como a Lei nº 9.394/96, Lei nº 13.005/2014 e, em âmbito Federal no Decreto nº 7.234/2010, bem como examinar a compreensão dominante dos Tribunais Nacionais no que concerne ao acesso à educação.

Palavras-chave: permanência estudantil; direito à educação; ensino superior.

Introdução

O direito à educação não é tema recente no Estado Brasileiro, e, por isso, são notórias as suas transformações ao longo dos anos, incluindo avanços e retrocessos. Como avanço, destaca-se o intuito de democratizar o ensino superior brasileiro, possibilitando o acesso e permanência dos estudantes, principalmente da população vulnerável, alvo de discussão do presente trabalho.

Nesse cenário de pluralização do ensino superior, emergem políticas de ampliação e democratização do acesso e permanência.

Algumas dessas políticas serão analisadas ao longo do trabalho, sendo elas: a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, visando a gratuidade do ensino e a igualdade de condições para o acesso e permanência estudantil. A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE, e, no âmbito federal, o Decreto nº 7.234/2010

¹⁸ Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Londrina-UEL.

¹⁹ Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Londrina-UEL.



que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tendo como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública.

Para tanto, o estudo se desenvolveu mediante a metodologia de levantamento bibliográfico, doutrinário e legislativo.

Ainda, ressalta-se que a escolha do tema, dá-se pela pretensão de contribuir para a formação de reflexões acerca desse debate, visando a ampliação da discussão e a elaboração de novas políticas que sejam cada vez mais eficazes para a promoção do democrático acesso e permanência estudantil no âmbito da educação superior.

Permanência e acesso ao ensino superior brasileiro

Em princípio, a Constituição da República Federativa do Brasil instaurou o Estado Social no território nacional ao desvincular-se dos ideários liberais e individualistas fortemente enraizados e difundidos originariamente.

Rompeu-se com a visão estrita e limitada do “*laissez faire*”, própria do movimento constitucionalista clássico, em prol do reconhecimento de direitos básicos e inerentes a todo e qualquer ser humano, os quais passaram a ser objetos de proteção do Estado, caracterizados pela universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação, inovações provenientes do Neoconstitucionalismo e consequente busca pela efetividade da Constituição.

Neste contexto, o direito à educação insurge ao lado de outros direitos sociais basilares ao Estado Democrático de Direito, advindos dos direitos de segunda geração, como prestações positivas do Estado em garantia à igualdade, classificação adotada por Norberto Bobbio. Em análise sistêmica e integrativa, sob a qual deve-se analisar a Constituição Federal de 1988, a qual dispõe sobre o direito à educação como reflexo proveniente da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, artigo 1º, inciso III.

O direito à educação está resguardado no Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo III- Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, especificamente nos artigos 205 e seguintes, sendo norma de eficácia plena, aplicação imediata e eficaz.

A legislação infraconstitucional que regulamenta a educação e estabelece as diretrizes básicas do ensino nacional é a Lei nº 9.394/1996, ressalta-se que a assistência estudantil superior somente foi regulamentada após alguns anos.



A assistência estudantil também possui respaldo no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, o qual possui vigência de 10 (dez) anos, a contar de publicação para cumprir o disposto no artigo 214 da Constituição Federal. Contém metas ambiciosas e, no que concerne ao ensino superior, busca elevar a taxa de matrícula no ensino superior para população entre 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos no segmento público.

Possui como estratégia definida no item 12.5 ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, na educação superior, visando reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Ainda, para proporcionar o acesso das populações vulneráveis às instituições públicas superiores, contém disposições que buscam ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, além de expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.

Destaca-se que o direito à educação deve ser compreendido em suas diversas facetas como direito fundamental, como investimento e, por força do disposto nos artigos 211 e 214 da Constituição Federal, requer ações integrativas em regime de colaboração dos entes federativos.

Na esfera federal, para consolidar a assistência estudantil e atribuir-lhe concretude, insurge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234/2010, com finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Os instrumentos adotados pela referida Política Nacional possuem como principais alvos os estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critério socioeconômicos, sem prejuízos de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio.

Nesse aspecto, devido à autonomia universitária que possui fundamento na Constituição Federal, artigo 207, há a possibilidade de instituição de critérios próprios pelas universidades públicas, atrelados à realidade da região em que se situam.



Veja-se que a legislação assegura prioridade aos estudantes vulneráveis em âmbito social e econômico, atendo-se ao princípio constitucional da igualdade, face as desproporções extremas presentes na sociedade brasileira e a segregação das populações desprovidas de oportunidades. Trata-se da aplicação da máxima aristotélica de atribuir tratamento igual aos que se encontram em situação equivalente e tratamento desigual, aos desiguais, na medida de suas desigualdades.

Com base no supracitado princípio constitucional da igualdade, o Supremo Tribunal Federal em unanimidade na ADPF 186-2/ DF, decidiu que a política das cotas étnico-raciais para ingresso em universidade pública é ação afirmativa e constitucional apta a reduzir as disparidades sociais históricas que assolam a sociedade brasileira.

Em outro aspecto, a Carta Magna brasileira, artigo 208, determina ser dever do Estado apenas a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, não havendo regulamentação cogente no mesmo sentido à educação superior, a qual fica condicionada à capacidade de cada indivíduo, conforme prevê o inciso V, sendo necessária a publicidade do processo de seleção em universidades públicas e privadas.

Em observância às ações afirmativas do Estado, o qual atua prioritariamente no amparo educação fundamental como mencionado, e em clara tentativa de fomentar o acesso ao ensino superior, convém mencionar o julgamento da ADI 3.330/DF, de relatoria no Ministro Ayres Britto, ocorrido em 03.05.2012, no qual houve a declaração da constitucionalidade do Programa Universidade para Todos (Prouni), Lei nº 11.096/2005, pela democratização do ensino contida em seu conteúdo, ao conceder bolsas de estudo em universidades privadas a alunos de baixa renda, com a previsão expressa de cotas para negros, pardos, indígenas e pessoas com necessidades especiais.

Neste viés, é notório que a legislação nacional e a interpretação do judiciário progrediram com vistas a garantir os direitos assistenciais aos estudantes e, em decorrência lógica, dar concreto aos direitos humanos e amparo às populações vulneráveis para que tenham acesso ao ensino superior, pois, como elucidam as palavras do Ministro Ayres Britto, não há outro modo de concretizar o valor constitucional da igualdade senão pelo decidido combate aos fatores reais de desigualdade.

Referências



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de edições técnicas, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.234/2010**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 05 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 05 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 05 mai. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.330-DF. Requerentes: Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino- Confenen, Democratas, Federação Nacional dos Auditores Fiscais. Requeridos: Presidente da república, Conectas Direitos Humanos, Centro de Direitos Humanos. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, 3 de maio de 2012. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&dclid=3530112>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 186-2/DF. Requerente: Democratas. Requerido: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília - Cepe Reitor da Universidade De Brasília Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília - Cespe/Unb. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 26 de abril de 2012. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2691269> >. Acesso em: 09 de maio de 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em 06 mai. 2018.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 15. Ed. São Paulo: Método, 2016.



A parceria LENPES e PROPE: objetivando uma política educacional de permanência estudantil

Grupo de trabalho: Moradia, alimentação, transporte e financeiro

Angélica Lyra de Araújo²⁰

lyradearaujo@hotmail.com

Ângela Maria de Sousa Lima²¹

angelamaria@sercomtel.com.br

Neste resumo, optamos por partilhar as experiências de parceria entre LENPES (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia) e o PROPE (Programa de Apoio para o Acesso e Permanência para o Estudante da UEL), ambos projetos/programas da Universidade Estadual de Londrina.

Quanto ao LENPES, podemos afirmar que este é uma das derivações atuais de outros dois projetos de extensão e que juntos simbolizam a síntese das trajetórias dos laboratórios de ensino do Departamento de Ciências Sociais da UEL. Isto porque outros dois programas relevantes para a formação e permanência estudantil como o Observatório da Educação (OBEDUC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), são também derivações das experiências exitosas do LES (Laboratório de Ensino de Sociologia) e do GAES (Grupo de Apoio ao Ensino de Sociologia), especialmente pelos diálogos e parcerias que sempre mantiveram com as escolas públicas de Ensino Médio da região de Londrina, algo também perseguido desde sua gênese pelo LENPES e pelo PROPE.

Então, podemos dizer que o LENPES nasce com a experiência de outros dois projetos cadastrados na PROEX (Pró-reitoria de Extensão): a) LES "Laboratório de Ensino de Sociologia" (nº 00660), com início em 01/01/2001 e término em 01/09/2003, que, entre outros intuítos voltados à formação inicial e continuada de professores, objetivava consolidar um trabalho que já vinha sendo feito em dois projetos anteriores: "A reimplantação da Sociologia no 2º grau"; e "A Sociologia

²⁰ Doutora em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Professora da Área de Metodologia e Prática de Ensino, do Departamento de Ciências Sociais da UEL. Colaboradora do LENPES.

²¹ Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP/Campinas. Professora da Área de Metodologia e Prática de Ensino, do Departamento de Ciências Sociais da UEL. Colaboradora do LENPES. Pós-doutoranda do Programa de Educação da UEM.



no Ensino Médio, conteúdos e metodologias: assessoramento aos professores e alunos do 4º Núcleo de Ensino de Londrina"; b) GAES "Grupo de Apoio ao Ensino de Sociologia", que vigorou entre 01/04/2004 e 02/04/2007. Ambos dedicavam-se à assessoria ao ensino de Sociologia nas escolas públicas de Ensino Médio da região, que a incluíram na época como disciplina obrigatória, auxiliando na seleção/produção de materiais pedagógicos e na formação continuada dos professores de Sociologia.

As ações desses dois projetos de extensão, hoje continuadas no LENPES, centravam-se também em atividades desenvolvidas diretamente com as juventudes do Ensino Médio dessas escolas, com intervenções didático-pedagógicas que buscavam incidir diretamente na melhoria da qualidade da formação destes e dos discentes de Licenciatura de Ciências Sociais. A sigla LENPES surge com o cadastro nº 01297, de 09/10/2007 a 09/11/2009, também na PROEX, sob a coordenação da professora Ileizi Luciana Fiorelli Silva, quando este programa adotou como subtítulo "Consolidação da formação de professores e da integração entre universidade e escolas pela superação das desigualdades socioeducacionais no Estado do Paraná - Seti".

Foi a primeira vez que o Laboratório de Ensino conseguiu bolsas para estudantes da licenciatura em Ciências Sociais e para um egresso do referido curso, após aprovação em um Edital da SETI/PR no Programa Universidade Sem Fronteiras. Além deste fato contribuir decisivamente para a permanência dos licenciandos, tais bolsas, agregadas aos recursos de custeio, propiciaram que o laboratório expandisse seu espaço de atuação.

Por isso, nesse período, as atividades concentraram-se no Colégio Estadual Altair Mongruel do município de Ortigueira-Pr, pois este apresentava, na época, o pior IDH-M do Paraná e os índices de educação revelavam que havia necessidade de uma parceria mais cuidadosa com a universidade, no sentido desta contribuir, dentro dos seus limites, para melhorar a qualidade e os resultados da educação escolar, colaborando com a diminuição das desigualdades socioeducacionais na região, entre essas com a redução dos altos índices de evasão entre as juventudes do Ensino Médio, especialmente do noturno. Adotou-se como procedimentos a pesquisa-ação e a pesquisa participante para apreender e intervir na realidade local, através das demandas que iam sendo colocadas pela própria escola e seus professores.

Pode-se dizer que ao final os docentes e discentes de Ciências Sociais foram os que mais aprenderam nesta relação de troca de conhecimentos e de experiências de ensino. Se um dos



objetivos do projeto era diminuir a evasão dos jovens do Ensino Médio em Ortigueira, este projeto acabou também por reduzir índices de evasão entre os licenciandos na UEL. As ações do Laboratório de Ensino continuaram depois com o cadastro o Projeto de Extensão nº 01495, com o título “Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia (Lenpes): Fase II - formação de professores, integração entre universidade/escola e criação de novas metodologias de ensino e pesquisa educacional (ações em Ortigueira, Londrina e Rolândia)”, desenvolvido no período de 23/11/2009 a 23/01/2012, sob coordenação da professora Ângela Maria de Sousa Lima. Além da organização das Jornadas de Humanidades nas escolas, muitos livros-coletânea impressos foram confeccionados nessa fase com artigos, planos de aula e relatos elaborados pelos próprios licenciandos.

Além da qualidade da permanência dos licenciandos, um dos objetivos, perseguidos até hoje, também pelo PROPE, era formar professores mais comprometidos com a superação das desigualdades sociais e educacionais da região. Com base no princípio da indissociabilidade entre teoria e prática e da parceria entre universidade e escolas públicas, a trajetória destes projetos de extensão levou ao cadastro do Projeto de Pesquisa nº. 07875 intitulado “Por uma Sociologia das ‘novas’ e ‘velhas’ formas de evasão nas escolas públicas: estudo exploratório em três colégios do norte paranaense”, que vigorou no período de 11/04/2015 a 11/04/2015.

Atualmente este laboratório de ensino desenvolve-se sob o cadastro de dois projetos, um vinculado à Pró-reitoria de Graduação e outro à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: “Lenpes: Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia: formação inicial e continuada de professores das Ciências Sociais, elaboração de materiais didáticos e pesquisas sobre juventudes e desigualdades socioeducacionais” (na Prograd com o nº. 00611); e “Juventudes no Ensino Médio: um estudo sociológico em escolas públicas da região de Londrina” (na Proppg com nº 09885). Já o PROPE, institucionalizado pela Resolução CEPE/CA nº083/2013, atua desde 2014, tendo atualmente em sua equipe de apoio um bolsista egresso, dois bolsistas de graduação e uma estagiário de graduação, além de vários docentes, estudantes de graduação e de pós graduação como colaboradores/as diretos, de diferentes áreas do conhecimento.

O Programa atua em várias frentes, a saber. a) Acesso à Universidade: intensifica a divulgação das modalidades de acesso à UEL junto aos/as estudantes de Ensino Médio na rede pública de ensino de Londrina e região, como: sistema de cotas sociais e raciais; isenção da taxa



do Vestibular; Cursinho Especial Pré-Vestibular gratuito oferecido pela UEL; Feira das Profissões; SISU (Sistema de Seleção Simplificado); Vestibular Indígena, etc. b) Apoio Pedagógico: objetiva oferecer apoio pedagógico aos/as estudantes de graduação, com vistas à superação das lacunas de formação nas áreas em que apresentam maiores dificuldades, com participação do LABTED (Laboratório de Tecnologia Educacional da UEL) e do Cursinho Pré-Vestibular, contando com a colaboração dos Colegiados, na busca por reduzir as taxas de evasão e de reprovação dos acadêmicos, especialmente entre aqueles que acessaram a universidade pelo sistema de cotas sociais e raciais. c) Assistência Estudantil: busca apoiar as ações que visam superar a situação de vulnerabilidade dos/as estudantes de graduação, de modo a garantir sua permanência nos cursos, com ações diversificadas que tentam recobrir as áreas de saúde, de moradia, de alimentação, de transporte e de recursos financeiros, com o apoio do SEBEC. LENPES e PROPE possuem trabalhos de ensino/pesquisa/extensão em parceria, em várias frentes temáticas, desde início da atuação do PROPE em 2014. Mais recentemente (março de 2018), preocupado com o acesso dos/as refugiados/as à educação superior, PROPE e LENPES protocolaram, em parceria com a Pastoral do Migrante, a Cáritas e outros movimentos/entidades representativas, a Minuta de Resolução que estabelece normas para isenção de taxas de revalidação de diplomas de graduação e de pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, requerida por imigrantes, em situação regular, de forma provisória ou permanente, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, residentes no estado do Paraná.

O projeto LENPES, junto com integrantes (servidores e discentes) dos Colegiados de Curso, do SEBEC (Serviço de Bem estar à Comunidade), do NEAB (Núcleo de Estudos Afro Brasileiros), do LEAFRO (Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros), de lideranças do movimento negro e de profissionais de instituições parceiras (UNB, UERJ e UFSC), também auxiliou o trabalho do PROPE na série de debates intitulada as “As ações afirmativas e as cotas na UEL: desafios e perspectivas”, em torno da avaliação e da ampliação do sistema de cotas na UEL. Os resultados desse trabalho coletivo foram responsáveis pela conquista da Resolução CU nº 008/2017, aplicada aos processos seletivos de ingresso (agora também no SISU) permitindo que se atingisse, com muita luta, a porcentagem de 45% das vagas sociais e raciais. Essa parceria também ocorre nos eventos de recepção dos estudantes cotistas, com GTs onde esses têm externalizado os desafios dos processos de acesso e permanência na UEL, entre eles os impactos e as alternativas para



combate do racismo institucional e em alguns cursos pontuais de formação continuada com professores/as da Educação Básica, focando o trabalho com a Lei nº 10.639/03.

Outra interface significativa de trabalho ocorreu neste primeiro semestre de 2018 em torno da elaboração coletiva e do acompanhamento dos processos de reformulação curricular das Licenciaturas, com a implementação da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que entre outros conteúdos, exige a inserção das diversidades étnico-raciais nos currículos de formação inicial e continuada de professores/as. Porém, uma das ações que mais aproxima o LENPES do trabalho com a permanência estudantil centra-se nas orientações dos estudantes que recebem as bolsas de inclusão social da Fundação Araucária.

Desde que o Laboratório de Ensino passou a ser cadastrado como projeto de extensão o acolhimento desses bolsistas ocorre. Mas, foi a partir de 2014, com a vigência do PROPE que o LENPES passou a receber mais estudantes de inclusão social, de diferentes cursos de graduação (Ex: Engenharia Civil, Artes Cênicas, Medicina, etc). Nesse caso, os estudantes são orientados tanto pelos professores do LENPES quanto pelos professores do PROPE.

Estes desenvolvem as atividades demandadas pelo projeto de ensino, pesquisa ou extensão onde estão cadastrados, além de participarem das reuniões, eventos e atividades nas escolas, sob coordenação do PROPE. De modo geral, seus artigos finais e/ou seus relatórios problematizam temáticas que fazem interfaces entre juventudes, educação, ações afirmativas, cotas e os debates em torno das questões raciais.

Em síntese, todos esses trabalhos são desenvolvidos com vistas à constituição de uma política educacional de acesso, permanência estudantil, diversidades e direitos humanos, a exemplo do que já ocorre em muitas outras IES estaduais e federais no Brasil.

Em resumo, projeta-se institucionalizar realmente uma Política de Inclusão e de Ações Afirmativas na UEL, que consiga agregar todos os projetos/programas, órgãos, movimentos sociais, entidades representativas e demais equipes que trabalham com o objetivo de valorizar as diferenças e as diversas dimensões das diversidades, com foco na redução das persistentes desigualdades sociais, raciais, econômicas, culturais e políticas que contribuem para invisibilizar e excluir os grupos humanos, historicamente marginalizados pelas políticas públicas educacionais no Brasil.

Palavras-chave: Lenpes/Prope. Permanência Estudantil. Política Educacional



Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639/03**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Casa Civil. Brasília. 09/01/2003.

BRASIL. **Resolução nº02/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. MEC.CNE.CP. Brasília, 01/07/2015.

UEL. **Resolução CEPE/CA nº083/2013**. Institui e Regulamenta o Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do Estudante da UEL (PROPE). 07/08/2013. Londrina: UEL.2013.

UEL. **Resolução CU nº008/2017**. Estabelece a reserva de vagas no Processo Seletivo Vestibular e no Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação para candidatos oriundos de instituições públicas brasileiras de ensino e para aqueles que se autodeclararem negros. 03/03/2017. Londrina: UEL.2017.



A contribuição dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão na formação de professores e na permanência estudantil

Grupo de trabalho: Convivência e diversidade

Ângela Maria de Sousa Lima²²
angellamaria@uel.br

Angélica Lyra de Araújo²³
lyradearaujo@hotmail.com

Andreia Maria Cavaminami Lugle²⁴
andreiamlugle@uel.br

Os laboratórios dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia surgem no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, com a preocupação de zelar pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão na formação inicial e continuada de professores pesquisadores. Historicamente, os docentes do Departamento de Ciências Sociais e de Pedagogia vêm, através dessas ações, priorizar a formação de profissionais e cidadãos capazes de aliar teoria e prática pedagógica, de modo crítico, comprometidos eticamente com as questões sociais, culturais e políticas contemporâneas.

Neste sentido, tanto o Laboratório do Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (LENPES) quanto o Laboratório dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: ensino, pesquisa e extensão (LAI), na busca por aprofundar os conhecimentos teórico-práticos dos estudantes, aproximando-os das inovações nas metodologias de ensino e de pesquisa, contribuem para a superação das desigualdades socioeducacionais, para o aprimoramento da parceria entre universidades e escolas públicas de Educação Básica, mas, sobretudo, auxiliam diretamente na permanência dos

²² Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Educação.

²³ Professora da Área de Metodologia e Prática de Ensino, do Departamento de Ciências Sociais da UEL. Colaboradora do LENPES (Laboratório do Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia).

²⁴ Doutora em Educação. Professora da Área de Formação de Professores dos Anos Iniciais do Departamento de Educação da UEL. Colaboradora do LENPES (Laboratório do Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia). Coordenadora do LAI - Laboratório dos Anos Iniciais: ensino, pesquisa e extensão.



licenciandos de Ciências Sociais e de Pedagogia na universidade, uma vez que aproxima-os do exercício da profissão e ressignificam suas percepções sobre a indissociabilidade teoria-prática educacional, desde os primeiros anos do curso de graduação.

Atualmente, o LENPES, fundamentado na pedagogia crítico-social dos conteúdos, vigora sob o cadastro de dois projetos, vinculados à Pró-reitoria de Graduação e à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Na Prograd, encontra-se o Projeto de Pesquisa em Ensino nº. 00611, com o título “Lenpes: Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia: formação inicial e continuada de professores das Ciências Sociais, elaboração de materiais didáticos e pesquisas sobre juventudes e desigualdades socioeducacionais”. Esse projeto, que teve início em 04/08/2015, possui previsão de término em 04/08/2018.

O segundo projeto vigente tem cadastro na PROPPG sob o nº 09885, com o título “Juventudes no Ensino Médio: um estudo sociológico em escolas públicas da região de Londrina”, sob coordenação da professora Angela Maria de Sousa Lima. Este iniciou-se em 04/02/2016 com término previsto em 03/02/2019. Tais projetos foram criados com o intuito de compreender uma série de fenômenos sociais encontrados atualmente nas escolas públicas de Ensino Médio da região de Londrina que afetam diretamente as juventudes, com os quais a escola passa a vivenciar sem, muitas vezes, estar preparada para enfrentá-los, como: a violência; as drogas; o bullying; a gravidez na adolescência; a homofobia; a evasão; as reprovações; a intolerância religiosa; o racismo; o machismo; o sexismo; ataques contra os direitos humanos fundamentais, entre outros problemas correlatos que comprometem a qualidade da educação.

Esses dois laboratórios compreendem a escola como espaço sociocultural, onde essas desigualdades são reproduzidas, mas também onde estas podem ser problematizadas e superadas, dentro dos seus limites, pelos saberes e intervenções dos profissionais da educação e dos estudantes, entendidos como produtores de conhecimentos. Para Dayrell é importante,

[...] apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas (DAYRELL, 2001, p. 137).



O LAI – Laboratório dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem como objetivo agregar projetos de ensino, pesquisa e extensão, fomentar ações, estabelecer trocas de experiências, propiciando um espaço de reflexão relacionado à formação inicial e continuada de professores, com ênfase nas práticas docentes do cotidiano escolar. Dentre as atividades desenvolvidas no laboratório pode-se mencionar a produção de material didático, a realização de seminários, de cursos e de palestras com diferentes temáticas, atendendo professores da Educação Básica e estudantes de licenciatura. Zeichner (1997) alerta para a necessidade de criar espaços no qual o professor possa refletir sobre a sua prática pedagógica.

Neste contexto, os trabalhos desenvolvidos pelos laboratórios justificam-se por propiciarem aos licenciandos um espaço de valorização e de construção processual de uma identidade profissional, algo que incide diretamente na sua permanência e sucesso acadêmico nesses cursos de graduação, especialmente para os estudantes do noturno, que em geral são trabalhadores que estudam ou filhos da classe trabalhadora. Como nos orienta Pimenta (2000), esta identidade profissional se constrói;

[...] pelo significado de cada professor, enquanto ator ou autor confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de suas histórias de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, sindicatos e em outros agrupamentos (PIMENTA, 2000, p.19).

O atual contexto educacional nos aponta complexos desafios impostos pela Lei nº 13.415/2017 e pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), tanto para o Ensino Fundamental como para o Ensino Médio, fazendo das ações de formação inicial e continuada de professores mecanismos político-pedagógicos de luta pela democratização dos conhecimentos, pela valorização das licenciaturas e pela regulamentação da profissão docente. Portanto, pode-se dizer que projetos e programas dessa natureza, a exemplo dos dois referidos laboratórios de ensino/pesquisa/extensão, voltados para a Educação Básica, passam a ter uma relevância particular para a permanência estudantil nesse momento em que as disciplinas de Sociologia e demais da área de Ciências Humanas correm risco de serem retiradas dos currículos da Educação Básica e onde os desafios postos ao trabalho dos pedagogos se complexificam.



A Resolução CNE/CP nº 02/2015 desafia a universidade e as licenciaturas nesse momento, exigindo delas formar profissionais mais inclusivos, mais próximos à realidade das escolas públicas, ressaltando-se a necessidade da articulação entre a universidade como lócus da formação inicial e as unidades escolares. Por isso, não só a abertura, mas a necessidade de se ampliarem projetos de formação continuada desses profissionais em exercício e em formação que problematizem a realidade político-pedagógica das escolas, com foco em intervenções comprometidas socialmente com a melhoria da qualidade da educação.

Nesta perspectiva, o papel dos laboratórios como espaços de diálogo sobre os saberes e fazeres da docência, sobre conteúdos de diferentes temáticas, dentre elas, as diversidades, os direitos humanos, dentre outras, fortalecem a formação para a docência, pois são espaços que compartilham conhecimentos e agregam os estudantes, evitando que o contato com o campo de atuação seja um lugar desconhecido.

Propiciam o direito à reflexão sobre as incertezas da docência, trocas e interações com profissionais da Educação Básica que em um movimento dialético pensam, criam e recriam estratégias metodológicas. Em uma sociedade em que as políticas públicas provocam um afastamento da formação de docentes, precisamos de projetos ou programas que auxiliem a permanência do licenciando, persistindo em sua formação.

Palavras-chave: Formação Docente. Permanência Estudantil. Laboratórios de Ensino.

Referências

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº02/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. MEC. CNE. Brasília. Publicação em 01/07/2015a.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: _____ (org) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2ª. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.136 a 161. [primeira edição: 1996].

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-crítica**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Didática e formação de professores**: Percursos e Perspectivas no Brasil e em Portugal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ZEICHNER, K. Novos Caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90. In: NÓVOA, A. (org.) **Os professores e sua formação**. 3ª. Ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.





Percepção acadêmica do impacto das ações afirmativa em relação as cotas raciais na prática pedagógica em escolas públicas de Londrina-PR

Grupo de trabalho: Convivência e diversidade

Amanda Garboza

amandagarboza2016@gmail.com

Tatiane Conevaliki

taty_konevalik@hotmail.com

Resumo: o presente trabalho visa relatar a experiência de acadêmicos de diversos cursos da Universidade Estadual de Londrina-PR, envolvidos no Programa de Apoio à Permanência Estudantil (PROPE) em relação ao impacto que as ações afirmativas, -cotas raciais e sociais, geram em estudantes de escolas públicas. Através da prática pedagógica e de visitas realizadas em escolas de bairros da periferia de Londrina- PR no ano de 2017/2018 houve uma maior disseminação do conhecimento acerca do vestibular e das formas de ingresso na universidade, além de incentivar os alunos que na maioria dos casos não tem apoio nem no corpo docente local. Nosso trabalho é de suma importância para que mais alunos da periferia, ocupem seus lugares na Universidade Estadual de Londrina.

Palavras-chave: Ensino público, Ações afirmativas, Cotas raciais.

Introdução

As ações afirmativas surgem com o objetivo de colaborar com o combate ao racismo e introduzir mudanças culturais importantes e de convivência com a multidiversidade, visando estabelecer uma política de cotas para atender a necessidade da população que vive em desigualdade, tanto financeira, racial como educacional. (PACHECO, SILVA, 2006)

As políticas afirmativas, em relação às cotas raciais para o ingresso da população brasileira à universidade pública, têm sido usadas como ações reparadoras para tentar amenizar as



consequências sofridas por aqueles que foram vítimas do racismo e da discriminação racial. Na prática, no Brasil, é notável que as pessoas não são tratadas igualitariamente, devido as desigualdades raciais e as diferenças sociais, que as acometem, com a implementação das cotas os estudantes de escolas públicas e negros garantem uma oportunidade de ingressar no ensino superior, visto que a diferença ensino na instituição privada em relação a pública é discrepante, uma parcela da população não possui as mesmas oportunidades de acesso aos seus direitos básicos como saúde, educação, entre outros, assim, faz-se necessária a implementação imediata de políticas de reparação em defesa da inclusão social dos menos favorecidos.

No cenário atual em que vivemos aos poucos as cotas estão sendo utilizadas nas universidades brasileiras democratizando o espaço acadêmico e permitindo que uma maior parcela da população brasileira consiga ter acesso à educação superior, mas como essa população está visualizando e aproveitando está oportunidade? E qual o impacto que as ações afirmativas causam no ensino e nas escolhas dos estudantes de escolas públicas?

O programa de apoio à permanência (PROPE) da Universidade Estadual de Londrina desenvolve mecanismos pedagógicos e de assistência estudantil que possam responder a essas perguntas. Com intuito de manter e aprimorar o nível de qualidade da formação universitária oferecida desenvolvem mecanismos de divulgação das condições de ingresso na universidade junto aos estudantes de escolas públicas da região, buscando entender o posicionamento dos estudantes em relação a está política pública e incentivar os mesmo a ocuparem esses espaços na universidade.

Objetivos

Descrever a experiência vivenciada por acadêmicos envolvidos no projeto de permanência estudantil da Universidade Estadual de Londrina sobre o impacto que as ações afirmativas em relação as cotas raciais e sociais geram na prática pedagógica em alunos de escolas públicas de Londrina-PR.

Metodologia

Temos um material preparado que é distribuído para os alunos, o qual divulga as formas de acesso e programas que a Universidade Estadual de Londrina oferece, além disso aplicamos um



questionário acerca de sua autodeclaração racial. Somos separados em grupos para irmos as visitas e temos flexibilidade de horário, de acordo com as nossas atividades acadêmicas.

Quinzenalmente realizamos reuniões com o intuito de discutir e aprimorar o conhecimento sobre temas como racismo, (surgimento, fundamentação, como ele persiste na sociedade e quais são os melhores métodos para combatê-lo), ações afirmativas (histórico, implementação, como está sendo utilizado, melhorias que essa política trouxe aos estudantes) que nos dão embasamento científico para discutir com os alunos em sala de aula.

Uma visita que nos marcou muito foi na escola Carlos Augusto Mungo que fica no bairro Jamile Dequeche, na saída de Londrina. Percebemos que a base institucional da escola está corrompida, pois nem os próprios professoras e diretores que trabalham lá, tem esperança nos alunos e no potencial deles para ingressar na Universidade. E em muitas outras visitas, esses pensamentos dos professores e diretores é algo que fica evidente na realidade do ensino público atual.

Nesse dia, o diretor expos um aluno que está envolvido com tráfico e com a polícia, o expos verbalmente e fisicamente, fazendo o contra a sua vontade nos mostrar uma cicatriz. Nessa escola percebemos que ser diretor é como se fosse um poder, um homem branco civilizado tenta modificar ou “ajudar” a rotina daqueles alunos da região. Percebemos também que a falta de interesse pelos estudos por parte dos alunos é muito grande, a minoria apresentava o desejo de cursar o ensino superior, e muitas vezes pela necessidade de trabalhar não podiam realizar.

Através das visitas evidenciamos que a desigualdades sociais ainda estão presente na sociedade, avaliando o ponto de partida é notável que a falha no ensino público é um fator predisponente quando discutimos a entrada em uma universidade, melhorar a qualidade do ensino seria uma maneira de progredir frente as condições dessa desigualdade na educação. A desigualdade financeira é outro fator importante, visto que alguns estudantes tem o desejo de cursar o ensino superior, mas muitas vezes não se imaginam em uma universidade por ter que auxiliar financeiramente a família, o ensino ainda não é prioridade na vida da população, pois a cultura capitalista é algo vem sendo construída a muito tempo.

Resultado e conclusão



Somente após anos de luta, começou-se a discutir a implantação das políticas de ações afirmativas no Brasil. Avaliando o alcance dessas ações, evidencia-se que elas ainda representam uma pequena resposta ao grave problema em discussão, visto que mesmo com a sua implementação a discriminação e as desigualdades ainda prevalecem. As políticas de cotas raciais e sociais nas universidades públicas não contemplam o alcance esperado, pois as vagas reservadas não estão sendo totalmente ocupadas, e porque tal fato ainda acontece? Ao discutirmos esse assunto não basta olharmos somente para o ponto de chegada a universidade, mas avaliarmos outros fatores histórico-sócio-cultural que influenciam a ausência dos negros e da classe mais baixa nas universidades públicas.

As desigualdades raciais e o persistente racismo sempre estiveram presentes desde o passado da civilização, apesar de todas as mudanças ocorridas grande parte da população negra brasileira, ainda sofre com a desigualdade, preconceito e o racismo. Os indicadores sociais e econômicos evidenciam que os negros têm menor expectativa de vida, menos acesso aos cuidados à saúde, menor rendimento, ainda que, com o mesmo número de anos de estudo, maior taxa de desemprego em todas as faixas etárias (PACHECO, SILVA, p.133) a falta de oportunidades, a violência, o racismo, a desvalorização do negro, a discriminação racial é algo que influência diretamente a ausência de negros nas universidades.

Concluimos que apesar de todas as mudanças ocorridas na sociedade para a alteração no quadro da desigualdade, existem ainda muitas falhas que precisam ser ajustadas, as ações afirmativas são um passo para essa mudança, alterar os fatores raciais, sociais, econômicos não é algo tão fácil, visto que tais fatores veem sendo criados ao longo dos anos. Esperemos que com a nossa presença nas escolas, os estudantes comecem a repensar na entrada em uma universidade pública, e a ocuparem um lugar que é deles por direito, quebrando esse ciclo de desigualdade.

REFERÊNCIAS

JAIRO QUEIROZ PACHECO, MARIA NILZA DA SILVA: **O NEGRO NA UNIVERSIDADE: O DIREITO À INCLUSÃO**, 2006.

JERRY D'AVILA: **DIPLOMA DE BRANCURA**



PROPE e as ações afirmativas: desigualdades e diversidades

Grupo de trabalho: Convivência e diversidade

Elisângela do Amaral Corrêa

O presente trabalho objetiva mostrar estudos feitos no PROPE - Programa de Apoio ao Acesso e Permanência ao Estudante da UEL, no período de 2016 e 2017, a partir de textos, reuniões e palestras, acerca das desigualdades vivenciadas pela população negra no Brasil, problematizando suas realidades, desafios e dificuldades. E o resultado desse trabalho se relaciona às visitas nas escolas públicas da rede estadual do município de Londrina, a fim de inserir estudantes de baixa renda à universidade pública e de qualidade, por meio da divulgação das formas de acesso. Quando identificamos desigualdades, nos parece correto buscar a compensação dos erros.

A ação afirmativa dentro da universidade tem como objetivo dar acesso aos menos favorecidos, à parcela da população que durante décadas foi deixada à margem das políticas públicas. Até a década de 1990, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os negros ocupavam apenas 2% das vagas no sistema de ensino. Isso demonstra, concretamente, como as oportunidades educacionais são desiguais nesse país. Políticas afirmativas, no caso específico das cotas raciais, são implementadas como ações reparadoras, dando uma nova perspectiva de melhoria de vida.

Não são um privilégio e muito menos um favor. São direitos, materializados por mecanismos legais, para inserir um maior número de negros dentro dos estabelecimentos de ensino superior. As políticas de cotas são necessárias a medida que sabemos que grande parcela da população negra não consegue acesso às universidades, pois não tiveram uma educação de qualidade no ensino fundamental e médio das escolas públicas ou ainda porque são marcadas por trajetórias educacionais de preconceitos e discriminações. Essa política visa, desse modo, corrigir distorções do sistema e o racismo institucional ainda tão presente no campo da educação.

Não é segredo que os negros sofreram anos com a escravidão e depois foram largados à margem, sendo desvalorizados até os dias atuais, com preconceito, racismo, menores salários, menos oportunidades, etc. Os ensinos fundamental e médio públicos são precários, enquanto



estudantes de escolas particulares possuem um ensino melhor estruturado, que "treina" os alunos para prestarem o Processo Seletivo Vestibular e ENEM.

O ideal seria uma reforma mais abrangente na Educação Básica, com qualificação dos professores e investimentos na infraestrutura das escolas, algo muito diferente do que propõe a Lei nº 13.415/2017, chamada de Reforma do Ensino Médio. Quando essa reforma educacional estrutural for possível, não precisaremos de cotas. As cotas sociais e raciais são uma solução a curto prazo, para ampliar a presença de negros e pobres nas universidades, lugar que lhes pertence por direito. Mais da metade da população brasileira se autodeclara negra. A maioria dos estudantes universitários, contudo, são brancos.

Alguma coisa não está certa! É mais do que necessário a inclusão de pessoas menos favorecidas economicamente, que já sofreram séculos de desigualdades. Se as oportunidades não são oferecidas de forma igualitária a todos, temos que ampliar essas oportunidades de alguma forma. Sofremos um sucateamento das escolas públicas e estamos vivendo o sucateamento das universidades públicas também. O intuito das cotas é amenizar as consequências sofridas por aqueles que são vítimas do racismo e da discriminação racial.

No Brasil os negros recebem salários menores que os brancos, sua escolaridade, em média, representa dois anos a menos do que os brancos e possuem o dobro de probabilidade de serem pobres ou indigentes, sem contar o racismo institucional presente das políticas de segurança, que matam muitos jovens negros no país. Seriam necessárias mais de três décadas para que brancos e negros concorressem com igualdade às vagas do ensino superior. As universidades pioneiras na implementação das cotas foram a UERJ, com 20% das cotas destinadas a negros e a UNEB com 40% de cotas raciais. A UNB foi a primeira entre as federais a implantar as cotas, seguida pela UFMT.

Após a instituição das cotas em 2005 na UEL, percebeu-se que não bastam apenas as políticas de acesso. Os alunos cotistas apresentaram muitas dificuldades em permanecer com os estudos, tendo em vista que, em muitos casos, precisam trabalhar para se manter no curso e/ou ajudar a família, ficando difícil conciliar estudos e trabalho. Estudantes cotistas entravam na universidade, mas o número de evasão era grande.

A partir desse quadro, foi formado em 2013 o PROPE, denominado "Programa de Apoio ao Acesso e a Permanência do Estudante". O programa tem como objetivo acompanhar e tentar



garantir, dentro dos seus limites institucionais, a permanência do estudante na universidade. Para isso é preciso ampliar a quantidade de bolsas de permanência estudantil. Atualmente o principal foco dos bolsistas tem sido o trabalho de divulgação das formas de acesso. Numa ação coordenada, os bolsistas e não bolsistas têm visitado todas as escolas estaduais de Londrina para divulgar entre os alunos de escola pública, especialmente nas turmas de 3º ano do Ensino Médio, as possibilidades de acesso à universidade.

A equipe é formada por assistentes do SEBEC (Serviço de Bem Estar à Comunidade) e professores de cursos diversos. No meu caso, fui sobre os projetos/programas de permanência estudantil; Processo Seletivo Vestibular: dividido em duas fases. A primeira, composta por uma prova de múltipla escolha de conhecimentos gerais e a segunda fase por dois dias consecutivos de prova; Português, Língua estrangeira e redação no primeiro dia e prova específica no segundo dia, ambas, dissertativas. Alguns cursos ainda possuem um terceiro dia de provas — desenho, no caso de Arquitetura, Artes Visuais, Design de Moda e Design Gráfico.

O curso de Música também oferece um dia a mais de prova específica, que é realizada antes mesmo da primeira fase. No caso de o (a) aluno (a) não passar na prova, pode optar por mudança de curso; Isenção: antes da abertura oficial para inscrição do Vestibular, existe a opção de isenção aos alunos de baixa renda. Os descontos podem ser de 30%, 50% ou até mesmo 100% na taxa de inscrição; Cotas: são ofertadas por ano mais de 3000 vagas em 53 cursos de graduação na universidade.

Do total de vagas, 20% são destinadas a alunos de escola pública, 20% a alunos negros de escola pública e 5% para alunos negros oriundos de escola pública ou privada. 55% das vagas compõem o sistema universal; SISU: A UEL também oferece vagas em vários cursos de graduação por meio do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); Vagas Remanescentes: Alguns cursos não conseguem preencher todas as vagas com o Processo Seletivo Vestibular e essas vagas são ofertadas no começo do ano letivo. O aluno precisa ter prestado ENEM no ano anterior; Bolsas: A Universidade Estadual de Londrina oferece vários tipos de bolsas. Algumas, inclusive, como as advindas da Fundação Araucária e a Bolsa Permanência, apenas para estudantes de baixa renda; Moradia Estudantil: Grande parcela dos universitários vem de outras cidades. Para alguns, a possibilidade de estudar fora é praticamente nula.



A UEL conta com 84 vagas na moradia estudantil dentro do campus. O processo de seleção é feito sempre nos primeiros meses do ano letivo. As visitas do PROPE às escolas públicas ocorrem durante o ano letivo. Um grupo de estudantes bolsistas e de colaboradores conversa com os alunos do terceiro ano, repassando e explicando e as informações acima citadas.

Nessas visitas, é possível observar a realidade da maioria dos estudantes pobres no Brasil: escolas sem giz e com pouca ventilação, com professores e funcionários descontentes com a precarização que afeta o ensino público, falta de infraestrutura, excesso de alunos por sala, falta de concurso, muita rotatividade de professores, docentes atuando em mais de 03 escolas, péssimas condições de estudo, entre outras mazelas.

Em algumas escolas os alunos nem possuem interesse pelo Vestibular, pois a sua realidade e de sua família lhes impõe outras necessidades. Os estudos quase sempre não são a prioridade.

O Prope encontra muitos alunos que não sonham mais com o Ensino Superior público, que precisam trabalhar para ajudar a família, alunos que não acham possível entrar em uma universidade pública, pois "não terão chance". Como explicar a um estudante pobre que o seu futuro ainda não está escrito? Que ele (a), talvez, seja a primeira pessoa da família com oportunidade de fazer uma graduação numa universidade pública?

Em algumas visitas, podemos observar no aluno a vontade de tentar melhorar de vida. Pudemos despertar em alguns a vontade de continuar estudando. Mas, infelizmente, também constatamos que, para muitos, a graduação é uma realidade muito distante. Sentem-se incapazes e até mesmo desmerecedores de tal mérito. Precisamos divulgar as ações afirmativas também para tentar mudar o ponto de vista de quem não tem acesso e informação.

Elas contribuem para fazer com que os alunos compreendam os erros institucionalizados cometidos contra uma população negra marginalizada desde o surgimento do Brasil, como também a lutarmos coletivamente pelo exercício de nossos direitos.

Referências:

DIWAN, Pietra. Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.



PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs). O negro na Universidade: o direito à inclusão. Brasília - DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

WIEVIORKA, Michel. O racismo: uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.